

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA CURSO DE GEOGRAFIA

INGRID VITÓRIA BASÍLIO

**ESPACIALIDADE URBANA NUMA PERSPECTIVA RACIAL: MULHERES
NEGRAS NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM VIÇOSA-MG**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2023

INGRID VITÓRIA BASÍLIO

**ESPACIALIDADE URBANA NUMA PERSPECTIVA RACIAL: MULHERES
NEGRAS NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM VIÇOSA-MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como requisito
para obtenção do título de bacharela em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Janete Regina de Oliveira

VIÇOSA – MINAS GERAIS
2023

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata aos meus pais, Eva Anastácia e João Basílio, às minhas irmãs Nivean Basílio e Sarah Laís por todo amor, paciência, ajuda e cumplicidade. Obrigada por acolherem e me acalantar nos momentos mais difíceis. Sem vocês eu não estaria aqui! Agradeço aos meus primos e tios que de forma direta e indireta me ajudaram, acreditaram em mim e me inspiraram a ser forte e a não desistir. Sou grata a todos os amigos que fiz ao longo desta caminhada, obrigada pelos conselhos, pelos momentos choros e alegrias. Agradeço a todos os meus professores e profissionais do Departamento de Geografia (DGE) e à UFV. Por fim, sou grata a Deus por ter me sustentado até aqui.

*acima de tudo ame
como se fosse a única coisa que você sabe
fazer
no fim do dia isso tudo
não significa nada
esta página
onde você está
seu diploma
seu emprego
o dinheiro
nada importa
exceto o amor e a conexão entre as pessoas
quem você amou
e com que profundidade você amou
como você tocou as pessoas à sua volta
e quanto você se doou a elas. (Rupi Kaur).*

RESUMO

O espaço urbano possui diferentes leituras e interpretações, resultantes dos diversos grupos sociais que o compõem. A presente pesquisa está situada na busca de uma leitura do espaço urbano por meio da racialidade e interessada em destacar sujeitos invisibilizados nos circuitos de economia urbanos. Assim, o objetivo é compreender a espacialidade urbana do município de Viçosa - MG, em uma perspectiva racial, por meio do circuito inferior da economia tendo como foco o trabalho das mulheres negras transistas. No que diz respeito à metodologia, o trabalho baseou-se em uma abordagem qualitativa, utilizando da pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados alcançados com a pesquisa demonstram que há a predominância das mulheres no circuito dito inferior, sobretudo nos serviços domésticos e de limpeza. Ao se abordar especificamente as mulheres transistas, constata-se que há uma carência de trabalhos e bibliografias referentes a temática no município.

Palavras-chave: *mulheres negras; transistas; espaço urbano; circuito inferior; Viçosa-MG.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Kwame Brathwaite “Black is beautiful” - Harlem, 1996.	24
Figura 2 - Representação da interseccionalidade das discriminações.	29
Figura 3 - Proporção de ocupados em trabalho desprotegido, segundo raça/cor e sexo (2023).	37
Figura 4 - Localização do município de Viçosa, Minas Gerais.	46
Figura 5 - Localização da área urbanizada do município de Viçosa, Minas Gerais.	47
Figura 6 - Pirâmide etária do município de Viçosa - MG (2022)	48
Figura 7 - Cartaz de divulgação a Semana da Consciência Negra 2019	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação na força de trabalho por pessoas de 15 anos ou mais de idade 2012 - 2019	35
Tabela 2 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo cor/raça e sexo - Brasil 2º trimestre de 2023.	37
Tabela 3 - Distribuição percentual dos empreendedores segundo o tipo de atividade por sexo (2022).	40
Tabela 4 - Distribuição percentual dos empreendedores segundo o tipo de atividade por cor ou raça (2022).	41
Tabela 5 - Número de matrículas escolares por tipo de estabelecimento em Viçosa, MG – 2022.	50
Tabela 6 - Empregados por Setor da Economia em Viçosa - MG (2023)	51
Tabela 7 - Trabalho por sexo no município de Viçosa - MG nos anos de 2011 e 2021.	53

LISTA DE ABREVIATURAS

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNAE - Classificação Nacional das Atividades Econômicas

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária

FDV - Faculdade de Viçosa

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDH - Laboratório de Desenvolvimento Infantil

LDI - Laboratório de Desenvolvimento Humano

LGBTQIA+ lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social

PIB - Produto interno bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UNIVIÇOSA - Centro Universitário de Viçosa

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

UREMG - Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Justificativa	12
Objetivos	14
<i>Objetivo Geral</i>	<i>14</i>
<i>Objetivos Específicos</i>	<i>14</i>
Procedimentos metodológicos	14
1. RAÇA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO	15
1.1 Racialidade no espaço	15
1.2 Corpo negro e cabelo crespo: o papel das trançistas e suas marcas no espaço	20
2. AFROEMPREENDEDORISMO	29
2.1. O trabalho das mulheres no espaço urbano	29
2.2 Definindo empreendedorismo no Brasil	38
2.3 Afroempreendedorismo: reflexões sobre gênero, raça e classe	41
3. CORPO NEGRO E CABELO CRESPO	46
3.1 Caracterização da população do município de Viçosa-MG	46
3.2 O trabalho feminino no município de Viçosa-MG	53
3.3 Cultura das tranças e o enfrentamento ao racismo	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

INTRODUÇÃO

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1995)¹, o espaço de uma cidade capitalista constitui-se nos diferentes usos da terra, resultando em um espaço urbano que é simultaneamente fragmentado, articulado, um reflexo da sociedade e condicionante social. Essas relações se expressam no cotidiano do espaço urbano através do fluxo de veículos e pessoas, nos deslocamentos cotidianos, na circulação de decisões e investimento de capitais e na organização espacial (Corrêa, 1995).

O espaço urbano assume uma dimensão simbólica que é interpretada de diferentes formas pelos diversos grupos sociais que o compõem, possibilitando diferentes leituras e compreensões. Portanto, a presente pesquisa tem como propósito realizar uma análise do espaço urbano de Viçosa-MG, por meio da racialidade, buscando compreender a importância das transições no espaço econômico do município. O município de Viçosa está localizado na mesorregião da Zona da Mata Mineira. É um município de médio porte e possui cerca de 79.910 habitantes (IBGE, 2022); destes, 93% residem na área urbana, constituindo-se na área espacial objeto deste estudo.

Milton Santos (2004) propõe uma leitura do espaço urbano dos países subdesenvolvidos através da análise dos circuitos da economia urbana: o “circuito superior” e o “circuito inferior”. Ambos os circuitos são resultados do processo de modernização tecnológica, no qual, algumas pessoas se beneficiam dos progressos técnicos e de suas atividades, e outras se beneficiam de forma parcial ou não se beneficiam.

O circuito inferior, de acordo com Santos (2004) e Spósito (1999), pode ser compreendido como as atividades de pequena dimensão, que geralmente atende à população pobre, à manutenção da vida cotidiana e à sobrevivência, por meio das atividades de fabricação corriqueira, o artesanato, os transportes tradicionais, o pequeno comércio e a prestação de serviços, como os salões de beleza. É caracterizado pelo subemprego, terceirização ou o não emprego, “com pulverização de atividades e estoques reduzidos (trabalho em casa e vendedores de rua)” (Spósito, 1999, p. 46).

¹ De início, já marcamos o fato que, neste trabalho, buscamos adotar uma postura ético-política em relação às referências e citações a fim de registrar o nome e o sobrenome dos/as autores/as, na primeira vez em que aparecem, para permitir ao/à leitor/a a possibilidade de identificar o gênero da referência. Essa atitude está em consonância com o movimento que intelectuais têm adotado, recentemente, para tentar paulatinamente descolonizar as formas de produção de conhecimento e visibilizar o trabalho das pesquisadoras.

O trabalho das trancistas é compreendido, nesta pesquisa, pela ótica dos circuitos inferiores, pois há toda uma organização empresarial, sobretudo informal, que constitui um circuito estruturado na perspectiva étnico-racial, que pode ser compreendido como afroempreendedorismo, que se refere ao movimento empreendedor realizado por pessoas negras. Eliane Nascimento (2018) define que o afroempreendedorismo não busca apenas a geração de renda, mas a produção e oferta de serviços que promovem a cultura e valorização da identidade e estética afro-brasileira. Além disso, partilhamos aqui da definição de Luane Bento dos Santos (2021), em que as trancistas representam uma ocupação tradicional vinculada à cultura afro-brasileira: “São trabalhadoras especializadas em arquitetar penteados afro que relembram aspectos dos processos de artesanaria devido ao tempo de preparação que pode levar um penteado para ficar pronto” (Santos, 2021, p.76).

A manipulação do cabelo crespo e a realização de tranças e penteados são passadas por gerações de mulheres mais velhas para as mais novas. Os seus fazeres cotidianos constituem locais de escuta e afeto, onde transitam formas de combate aos preconceitos raciais, estigmas e estereótipos que inferiorizam o corpo e o cabelo crespo (Gomes, 2008).

O corpo, o cabelo e a cor da pele são considerados elementos inseparáveis permeados por uma gama de conflitos, compreendidos como símbolos da beleza e da identidade negra, tal como aponta Nilma Lino Gomes (2008). Essa autora aborda como o corpo humano e suas características perceptíveis, como a cor da pele, do cabelo, dos olhos, a textura do cabelo, os traços morfológicos, entre outros, fornecem matéria prima para a formulação da teoria racista, que é definida pela hierarquização das raças.

Além disso, a autora afirma que a ideologia racista contribuiu para que a cor branca, suas feições e características fossem consideradas o referencial de beleza humana, tendo a noção de beleza produzida a seu favor. Por outro lado, aos negros, foi interiorizada e imposta a noção de feiura em relação aos seus corpos. Essa pressão estética e psicológica tem como objetivo principal a manutenção e reprodução da ideologia racista, bem como a dominação e hegemonia racial (Gomes, 2008).

Um dos caminhos utilizados para a reconstrução da imagem inferiorizada imposta ao negro seria através de técnicas e artes relacionadas ao corpo. Uma dessas técnicas é a manipulação do cabelo crespo através de tranças e outros penteados afros, configurando, assim, o trabalho das trancistas como espaço importante desde o processo de escravização no Brasil, no qual os negros lutam para uma imagem positiva sobre os seus corpos e cabelos.

Desse modo, o trabalho busca compreender a constituição do espaço urbano do município de Viçosa-MG e identificar quem são os/as sujeitos/as invisibilizados/as no que se

refere aos circuitos da economia urbana, analisando a dimensão da racialidade na investigação sobre o espaço geográfico, tendo como foco a compreensão do espaço urbano de Viçosa a partir do viés racial. No que diz respeito à metodologia, o trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa, utilizando da pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, contando com esta Introdução e as Considerações Finais. O primeiro, “Raça e gênero no espaço urbano”, tem por objetivo debater como a produção e apropriação do espaço urbano se dão de formas desiguais entre os sujeitos, buscando discutir como o corpo negro, o cabelo crespo e o trabalho das trançistas deixam suas marcas no espaço. Já o capítulo 2, “Afroempreendedorismo”, foca em uma discussão sobre o trabalho das mulheres no espaço urbano, marcado pela divisão sexual do trabalho e pelas relações de raça, classe e gênero, muitas vezes vendo no empreendedorismo uma oportunidade de driblar as dificuldades impostas; além disso há um debate sobre o empreendedorismo no Brasil e sobre o afroempreendedorismo em uma perspectiva interseccional. Por fim, o capítulo 3, “Corpo negro e cabelo crespo”, dedicou-se em realizar uma caracterização da população de Viçosa, com o objetivo de compreender o trabalho feminino no município e a cultura das tranças como um dos elementos para o enfrentamento ao racismo.

Justificativa

A presente pesquisa baseia-se na necessidade de compreender e analisar a espacialidade urbana a partir de uma dimensão racial, especificamente em relação às trançistas em Viçosa-MG. Conforme Renato Emerson dos Santos (2012, p. 9), “[...] o espaço numa sociedade que tem a dimensão racial como um princípio regulador de relações, fundamental no desenho estrutural de alocação de riquezas e poder, é pleno de grafagens das relações raciais”.

Sendo assim, realizar uma leitura racial do espaço nos possibilita compreender como as relações raciais grafam o espaço e são fundamentais para a organização de suas hierarquias, ao mesmo tempo que dão suporte para a constituição de uma luta antirracista.

Essa leitura do espaço urbano, através dos circuitos da economia (Santos, 2004; Spósito, 1999), possibilita evidenciar os sujeitos que são invisibilizados, mas que, apesar das exclusões, possuem importância na formação e vivência urbana. Tais circuitos são resultado da modernização tecnológica e da “desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos, além do poder desigual na promoção de políticas públicas, cria territórios e lugares desiguais,

que por sua vez vão condicionar a ampliação da pobreza” (Cataia; Silva, 2013, p. 62).

Os circuitos são sistemas que estão em constante interação. Entretanto, Milton Santos (2004) afirma que o circuito superior recebeu maior atenção dos estudiosos ao longo dos anos, além de ser mais privilegiado pelo Estado, tendo em vista que seus mecanismos são baseados no consumo. Já o circuito inferior é formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres. O trabalho das trançistas, compreendido através da ótica do circuito inferior do espaço urbano, permite a leitura do espaço urbano por meio de uma categoria social invisibilizada que atua no espaço, possibilitando uma compreensão das dinâmicas sociais e espaciais em Viçosa-MG.

Além disso, Luane Bento dos Santos (2021) ressalta que, atualmente, na sociedade brasileira, há uma crescente emergência de debates em torno dos modos como os cabelos crespos e cacheados são e podem ser usados.

Segundo a autora, esses debates são oriundos de reivindicações dos movimentos negros desde a década de 1970, que debatiam e denunciavam o racismo estético sobre a corporeidade negra, criando espaços para exaltar a beleza negra. Contribuindo para, na atualidade, uma mobilização pelo direito de “portar no corpo negro elementos que remetem à afirmação de uma identidade afrodiáspórica” (Santos, 2021, p. 75).

João Paulo Xavier (2020) aborda que o conceito de estética é uma construção teórica que, ao longo do século XVIII, passou a ser utilizada para descrever as percepções cotidianas acerca da arte e do belo. Segundo o autor, esse termo refere-se às maneiras como nos expressamos e nos apresentamos ao mundo, sendo que o apagamento identitário ocorre quando a individualidade é negada ao indivíduo. O autor denuncia o racismo estético, apontando que as concepções sobre a arte e a beleza foram concebidas e disseminadas por meio das ideias universalizantes dos colonizadores brancos europeus. Tal disseminação resultou na rejeição e inferiorização da estética negra em diversos campos, como música, literatura, dança, arte, culinária e arquitetura urbanística (Xavier, 2020).

Além disso, a escolha do tema faz parte da minha trajetória pessoal e das experiências vivenciadas no município de Viçosa e no curso de Geografia. Desde a infância, as tranças foram as primeiras técnicas utilizadas para cuidar e manipular o meu cabelo. Ao frequentar diariamente esses espaços formados por mulheres negras trançistas, percebi que, além de ser fonte de renda e o principal meio de sustento para muitas pessoas, o ato de trançar os cabelos, na maioria das vezes, configura-se como uma prática dotada de ancestralidade, afeto e trocas. Os debates e falas presentes nesses espaços despertaram o desejo de buscar compreender como as relações raciais se manifestam e se especializam no espaço em que vivo.

Objetivos

Objetivo Geral

- Compreender a organização do espaço urbano do município de Viçosa-MG, a partir do viés racial, notadamente, pelo circuito inferior da economia.

Objetivos Específicos

- Discutir teoricamente a relação entre corpo, gênero, raça e espaço urbano;
- Analisar o trabalho em Viçosa sob a ótica dos circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos (1994; 2004; 2006);
- Discutir o trabalho das transistadas em relação ao enfrentamento ao racismo.

Procedimentos metodológicos

No que tange à metodologia, este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa sobre a espacialidade urbana em Viçosa-MG, através de uma perspectiva racial. A pesquisa qualitativa é definida por Antônio Carlos Gil (2021) como uma pesquisa de caráter interpretativo, um processo não matemático de interpretação, que busca descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo.

A pesquisa qualitativa possibilita:

capturar a riqueza da vida das pessoas, mostrando como enfrentam e prosperam nesse ambiente. [...] Torna-se, portanto, muito útil como delineamento de estudos exploratórios, que têm como finalidade alcançar uma nova compreensão do problema ou a construção de hipóteses (Gil, 2021 p. 35).

Será utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de leituras que possibilitem realizar um estudo sobre a constituição do espaço urbano do município de Viçosa e a dimensão da racialidade na investigação do espaço geográfico, bem como os estudos referentes à interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Também se utilizou da pesquisa documental, que, segundo Gil (2009), trata-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Foram analisados dados primários do IBGE e de outras fontes.

1. RAÇA E GÊNERO NO ESPAÇO URBANO

1.1 Racialidade no espaço

Para produzir um estudo das relações étnico-raciais e da racialidade no espaço, em sociedades multirraciais como a brasileira, se faz necessário compreender, conforme afirma Milton Santos (1996/1997), que tanto os modelos cívicos, quanto os culturais e políticos são herdados da escravidão. O autor afirma que “a escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações raciais deste país” (Santos, 1996/1997, p. 135). Assim, o conceito de raça é uma construção social e está atrelado a condições históricas, atravessado por conflitos, poder e decisões (Almeida, 2019).

Produzido no contexto da expansão mercantilista, a noção de raça baseou-se na ideia do europeu como o homem universal, enquanto os demais povos e culturas foram considerados menos evoluídos (Quijano, 2007). Sustentada pelos determinismos biológicos e geográficos, que deram base para o racismo científico (Almeida, 2019), a raça foi imposta como uma forma de classificação, que dividia e caracterizava os seres humanos assim como as plantas e os animais, explicando seus comportamentos morais e intelectuais de acordo com suas características físicas e a cor da pele (Quijano, 2002; 2007).

Deste modo, Aníbal Quijano (2007) argumenta que o conceito de raça foi imposto como uma categoria de dominação e exclusão mundial presente em todos os âmbitos do poder capitalista. A partir da raça:

foram distribuídas as principais novas identidades sociais e geoculturais do mundo. Por um lado, "Índio", "Negro", "Asiático" (antes, "Amarelos"), "Branco" e "Mestiço"; por outro, "América", "Europa". "Ásia", "África" e "Oceania". Sobre ela se fundou o eurocentramento do poder mundial capitalista e a conseguinte distribuição mundial do trabalho e do intercâmbio. E, também sobre ela, se traçaram as diferenças e distâncias específicas nas respectivas configurações específicas de poder, com as suas cruciais implicações no processo de democratização de sociedades e Estados, e da própria formação de Estados-nação modernos (Quijano, 2007, p. 43).

Esse processo de dominação e classificação racial e étnica da população mundial, é entendido por Quijano (2002; 2007; 2010) como colonialidade. O autor afirma que, mesmo após a abolição do ponto de vista legal, há persistência do colonialismo nesses territórios estruturalmente na forma de colonialidade, que pode ser compreendida como:

um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de

poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2002, p. 37).

Sobre a colonialidade, Renato Emerson dos Santos (2012) reitera que ela faz uso de hierarquias epistêmicas, raciais, sexuais, políticas e espirituais de dominação que operam desde a escala global até a individual. Para o autor, se faz necessário uma leitura descolonial das relações étnico-raciais, o que implica em conceber o racismo como um sistema de dominação integrante do capitalismo.

Isto posto, somente ao longo do século XX que o conceito de raça passa a ter uma noção política, “utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2019, p. 18). Apesar da superação do conceito que leva em conta as diferenças biológicas entre os seres humanos, não ocorreu o reconhecimento da igualdade social e de direitos; para Santos (2012), a raça ainda age como reguladora de comportamentos e tratamentos em nossas relações cotidianas.

Nilma Lino Gomes (2005) e Antônio Sérgio Guimarães (2003) chamam atenção para a necessidade de compreender que a utilização do conceito de raça depende de quem fala, o contexto em que se está falando e o significado atribuído a ele. No Brasil, ao abordar a realidade de negros, brancos, indígenas e amarelos, o conceito é utilizado por sociólogos e pelo Movimento Negro com base em sua dimensão política e social, pois o racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade se dá sobretudo em relação aos aspectos físicos visíveis observados na estética corporal dos diversos grupos étnico-raciais.

Na realidade, os ativistas e acadêmicos trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões (Gomes, 2005, p. 47).

Importante mencionar que, quando se discute a situação do negro no Brasil, o conceito de raça consegue “dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade” (Gomes, 2005, p. 45). No âmbito de nosso trabalho, nos interessa pensar, especificamente, como essa questão atravessa as dimensões do espaço.

Roberto Lobato Corrêa (1995) define espaço urbano como um conjunto de diferentes

usos da terra que definem a organização espacial da cidade, isto é, o espaço urbano fragmentado e articulado.

O espaço urbano é resultado acumulado das ações humanas ao longo do tempo, e constituído por agentes que produzem, consomem, fazem e refazem o espaço. Se tratando do espaço urbano de uma sociedade capitalista e estruturada em classes, a apropriação do espaço se dá de forma desigual entre os sujeitos (Corrêa, 1995; Santos, 2004).

Dentre os diversos grupos sociais que produzem o espaço, há a presença de grupos que são excluídos e invisibilizados, tais como as mulheres, jovens, idosos, minorias étnicas e raciais, entre outros. As diferenças na apropriação e produção do espaço podem ser percebidas no que tange às formas como se dá acesso à habitação, ao emprego, aos bens e serviços e as diferenças de remuneração.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (Santos, 2004, p. 37).

Essas diferenças afetam de forma mais direta, principalmente, os sujeitos invisibilizados e, na maioria das vezes, excluídos, ocasionando a criação de atividades de pequenas dimensões que integram o circuito inferior da economia urbana. A teoria dos circuitos foi elaborada na década de 1970 para compreender as dinâmicas da economia urbana dos países subdesenvolvidos e fornece subsídios importantes para a compreensão da economia urbana contemporânea. Para embasar esta pesquisa, foi utilizada como referência a contribuição de Milton Santos (2004), Eliseu Savério Spósito (1999), Marina Montenegro (2006) e Márcio Cataia (2013).

Ao definir os circuitos da economia, Milton Santos (2004) destaca que os circuitos não podem ser considerados de forma isolada. Eles estão interligados e possuem a mesma origem de conjunto de causas, mas apresentam algumas características próprias sobre a sua organização.

As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadoria, o trabalho é assalariado e volumoso e o foco é o acúmulo de capitais necessários para inovação em função dos progressos técnicos. As relações são, sobretudo, impessoais e com acordos burocráticos, os preços são em sua maioria fixos, além de haver grande necessidade de publicidade.

Já no circuito inferior, as atividades trabalham com pequenas quantidades. No que tange ao emprego, prevalece a importância do trabalho familiar e os preços estão passíveis de discussão.

O circuito inferior vem desempenhando historicamente um papel central na absorção da mão-de-obra da cidade. Diante das altas taxas de desemprego e da queda do poder aquisitivo dos pobres nos últimos anos, o circuito inferior reafirma seu papel de abrigo e fornecedor de ocupação para grande parte de sua população no período atual; ainda que, muitas vezes essas ocupações sejam precárias e desprotegidas. Contudo, a expansão de ocupações de trabalhadores sem carteira assinada e o avanço do processo de deterioração das condições de trabalho não se restringem ao circuito inferior, mas estendem-se também, em grande medida aliás, ao circuito superior da economia. (Montenegro, 2006, p. 77-78).

O crescimento do circuito inferior é resultante de pobreza que advém do circuito superior, que impacta diretamente sobre o processo de precarização do trabalho, o que, nos dias de hoje, aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho.

Assim, as mulheres pobres, sobretudo, as negras são as mais suscetíveis às inúmeras vulnerabilidades sociais, entre elas: acessos desiguais de emprego, trabalho precário, informalidade, empregos de tempo parcial, ausência de estabilidade, entre outras formas.

Ao abordar a temática de raça, racialidade e racismo no espaço urbano, Renato Emerson dos Santos (2007; 2012; 2022) reitera que a temática sobre as relações raciais no Brasil tornou-se um dos assuntos mais polemicamente debatidos, ocasionando em esforços para um maior entendimento e intervenção sobre as relações raciais no país, assim como a criação de políticas públicas de combate ao racismo, chamadas de ações afirmativas (Santos, 2012).

Além disso, o autor chama atenção para a dimensão espacial das relações raciais, em toda a sua complexidade, posto que raça pode ser compreendida, cientificamente, através de seu conceito sociológico e político, como uma construção social que permeia e dá sentido às nossas relações sociais desiguais, comportamentos e formas de produzir e se apropriar do espaço. Raça “tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço” (Santos, 2012, p. 38). Ele continua:

No espaço social, nos deparamos com imposições que se dão por meio de barreiras que determinam quais são os grupos indesejados em diferentes contextos e lugares. Essas barreiras nos auxiliam na compreensão espacial das relações raciais no Brasil. Há espaços, lugares, momentos, contextos de interação nos quais, através de comportamentos (que são fruto de comandos e aprendizados) subjetivos (às vezes, bastante objetivos!) a presença negra

pode ser aceita, blindada e até valorizada, ou, por outro lado, tolerada, não aceita, reprimida ou repelida [...] isso impacta as experiências de espaço, o ir-e-vir, na medida em que indivíduos e grupos subalternizados causarão, em determinados contextos, sentimentos de espanto, estranhamento e até mesmo repulsa – contextos e lugares onde sua presença é indesejada, e onde as fronteiras invisíveis se materializarão através dos comportamentos dos outros. (Santos, 2012, p. 58).

Tais barreiras organizam as nossas experiências no espaço, definindo comportamentos aceitáveis e pertencimentos. O racismo, sexismo e o desenvolvimento econômico, o crescimento industrial e urbano, no caso brasileiro, produziram um alto custo sociorracial e uma urbanização com alta concentração de pobreza urbana e segregação (Garcia, 2012). As cidades têm sido construídas, sobretudo, pela ótica dos grupos hegemônicos, no qual prevalece o discurso e o ponto de vista masculino, branco, machista e racista. Resultando na exclusão de alguns grupos, em especial os homens e mulheres negras e pobres.

Além das barreiras impostas, há a presença de marcas “grafias” raciais no espaço, que produzem as geo-grafias (Santos, 2022). Essas podem ser descritas como “duradouras, perenes, e absolutizam referências de lugares. Estas remetem a outras temporalidades das relações raciais: sejam elas do passado (próximo ou distante), sejam elas de fenômenos que se estendem até o presente” (Santos, 2012, p. 60).

Nas cidades brasileiras, podemos ver diversas expressões espaciais que fazem articulações entre o passado e o presente das relações raciais (Munanga; Gomes, 2006). Pode-se citar como exemplo a espacialidade de algumas práticas religiosas afro-brasileiras, a espacialização de práticas de capoeira e o trabalho das trancistas.

Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006), ao abordarem as trajetórias do negro no Brasil de hoje, destacam que, no decorrer desse processo histórico, homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram à toda forma de opressão e discriminação. Eles forjaram novas formas de lidar com a vida, com o corpo. Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro por meio da resistência política, da religião, da arte, da música, da dança, jogos, festividades, danças, ervas, transformações e manipulação dos alimentos, invenção de símbolos, as músicas e estilos musicais que temos hoje, sobretudo o samba, o funk e o hip-hop, a manipulação do cabelo através de penteados e tranças, entre outras expressões que estão ligadas à nossa ancestralidade e hoje são passadas às novas gerações (Munanga; Gomes, 2006).

Ao pensar a racialidade no espaço, Inaiá Carvalho (2020, p. 146) aborda que “a apropriação do espaço urbano está estreitamente articulada com a posição na estrutura social e com as desigualdades, essa divisão tem uma significativa conotação racial, com os referidos

espaços sendo marcados igualmente por suas diferentes ‘cores’”. Além disso, deve-se considerar a localização específica do corpo no espaço: Nilma Lino Gomes (2008) aponta que há diferenças nas possibilidades de consumo, nas experiências e nas referências estéticas de acordo com a localização geográfica e política dos sujeitos.

Ademais, Antônia Garcia (2012) aborda a necessidade de reflexões sobre as relações de gênero, raça e classe no espaço urbano, principalmente tendo em vista que o Brasil é um país predominantemente urbano, no qual mulheres e negros formam a maioria. Assim, a falta de consideração desses debates contribui para a invisibilidade desses grupos.

1.2 Corpo negro e cabelo crespo: o papel das trançistas e suas marcas no espaço

O corpo expressa a presença no mundo e configura-se como uma escala geográfica fundamental. Por meio dele nos localizamos, temos acesso e interagimos com o espaço, com os objetos e com as pessoas. “Por meio do corpo estabelecemos nossa individualidade e a sociabilidade, prática que se dá no cotidiano a partir das mais variadas formas de experiências no espaço vivido” (Nunes; Rego, 2011, p. 87).

Os processos de invasão e ocupação do território brasileiro são marcados por uma exploração econômica das riquezas naturais, sujeição cultural, dominação política e a dominação dos corpos (Reis, 2015). Desde então, a construção da identidade negra passa por processos complexos e conflituosos, marcada pelo processo de escravização e a sua influência na conformação do racismo que vivemos na contemporaneidade. Com isso, Luciângela Reis (2015) fomenta que:

O corpo é aquilo que somos, e aquilo que nos representa e essa relação precisa ser bem desenvolvida. O racismo desumaniza, nos faz criar rejeição pelo nosso próprio corpo. Os padrões de beleza europeizados impostos a sociedade tira a liberdade de escolha estética dos negros a partir do momento que reflete psicologicamente um contexto de opressão e impacto da colonização racista (Reis, 2015, p. 26).

O corpo também pode ser compreendido como uma expressão de luta e o principal veículo de resistência e transgressão que contribuiu para a construção identitária do negro no Brasil de hoje, assim como afirmam Munanga e Gomes (2006):

O corpo, que já era um forte símbolo de identidade para os diferentes povos africanos, expresso por meio dos penteados, das escarificações (marcas feitas na pele com instrumento cortante) e perfurações que os nossos ancestrais traziam nas suas peles, passa por um processo de ressignificação no contexto da escravidão e do pós-abolição. As identidades das diferentes matrizes africanas inscritas nos corpos negros dos africanos, aos poucos, foram sendo modificadas, reinterpretadas, ganhando novas forças com o surgimento de novas gerações, nascidas no Brasil. (Munanga; Gomes, 2006, p. 152).

Marcado por constantes processos de alteração que fazem parte da cultura e rituais de diferentes sociedades, o corpo evidencia diferentes padrões estéticos e percepções de mundo. Pinturas corporais, penteados, maquiagem adquirem, dentro de grupos culturais específicos, sentidos distintos para quem os adota e significados diferenciados de uma cultura para outra” (Gomes, 2002, p. 21).

A corporeidade está associada com a nossa percepção e maneira de agir, ser e se relacionar no espaço. Camila Nunes e Nelson Rego (2011) afirmam que:

A corporeidade integra toda e qualquer experiência, é um importante instrumento analítico por atravessar e ser atravessada por diferentes discursos, representações simbólicas e imaginárias; possui importante papel no espaço banal, posto que é o seu principal instrumento de ação. Por mediar todas as experiências humanas possibilita a crítica numa escala universal e singular, permite uma análise profunda do ser humano em sociedade, tanto no individual quanto no coletivo, inseridos no âmbito geográfico e social. (Nunes; Rego, 2011, p. 87).

Milton Santos (1996), ao pensar em uma Geografia Cidadã que leva em consideração uma epistemologia da existência, apresenta três possibilidades de se trabalhar a dimensão do homem: a dimensão da corporeidade, a dimensão da individualidade e a dimensão da socialidade. “A corporeidade ou corporalidade trata da realidade do corpo do homem, realidade avulta que se impõem, mais do que antes, com a globalização” (Santos, 1996, p. 10). O pensador continua:

Enquanto a corporalidade ou corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço (Santos, 1996, p. 10).

Para o autor, as dimensões de corporeidade, individualidade e a socialidade se relacionam entre si, definindo a cidadania. No Brasil, a cidadania e identidade dos negros é marcada pela corporeidade. “O fato de ser visto como negro já é suficiente para inferiorizar o portador desse corpo” (Santos, 1996, p. 10). Esse processo de inferiorização é resultado de uma construção histórica, social, política, cultural e psicológica, marcado pelo regime de escravização que contribuiu para o surgimento de representações negativas que deixaram

marcas profundas até os dias atuais. Nilma Lino Gomes (2008, p. 132) acrescenta que, nessa sistematização, “o desenvolvimento do capitalismo, os encontros e desencontros culturais, as questões políticas, a globalização, o aumento da exclusão social e outros fatores também devem ser considerados”. Ademais, sobre a corporeidade Milton Santos (1996/1997) afirma que:

A corporeidade nos leva a pensar na localização (talvez pudéssemos chamar de lugar de lugaridade), a mobilidade, a destreza de cada um de nós, isto é, a capacidade de fazer coisas bem ou mal, muito ou pouco e as possibilidades daí decorrentes. E aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto no meio pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da consideração da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade. A individualidade permite, a partir do bom senso, alcançar certo grau de exercício da transindividualidade, e aí aparece a minha consciência, a consciência de mim, a consciência de nós, a consciência do outro e dos outros, a consciência do mundo. E afinal a Cidadania, que é o exercício de direitos e supõe a ciência dos direitos que temos e a capacidade de reivindicar seu exercício pleno e também de reivindicar mais (Santos, Milton 1996/1997, p. 134-135).

Diante disso, Santos (1996/1997) analisa negros como não-cidadãos no Brasil, e acrescenta uma lista de cidadanias que são mutiladas ao descrever as condições de vida daqueles que vivem em áreas urbanas periféricas e em regiões marginalizadas. O autor argumenta que, nessas áreas, a cidadania é frequentemente negada e limitada devido à falta de serviços públicos essenciais, tendo as condições do cidadão mutilada nas oportunidades de trabalho e nas condições desiguais de remuneração, na localização, moradia e circulação. Evidenciando como as relações raciais em nosso país produzem diferentes espacialidades.

Cabe reforçar que o racismo no Brasil tem como característica os traços corpóreos. Nilma Lino Gomes (2008) e Renato Emerson Santos (2012) abordam que o corpo humano e suas características perceptíveis, como a cor da pele, do cabelo, dos olhos, a textura do cabelo, os traços morfológicos, entre outros discursos pseudocientíficos, fornecem matéria prima para a formulação da teoria racista, que é definida pela hierarquização das raças. Desde a construção da ideologia racista, as práticas racistas atribuíram aos negros uma identidade corporal inferior, a libertação dessa inferiorização que nos foi imposta só será possível através de processos de construção e reconstrução de uma imagem positiva. Gomes (2008) aponta que o:

caminho seria reassumir a negritude pelo resgate das técnicas e artes relacionadas com o corpo a partir do repertório das artes corporais africanas, não apenas no sentido de uma continuidade, mas também no sentido de uma operação de decodificação/ recodificação e reinterpretação no universo da diáspora africana. (Gomes, 2008, p. 15)

Sendo assim, a manipulação do cabelo crespo tem um importante papel na construção da identidade negra e na forma como o negro se vê e é visto pelo outro. O cabelo crespo ainda carregado com forte estigma de inferioridade é posto por Gomes (2022) como um objeto constante de insatisfação de homens e mulheres, que em busca de uma revalorização, acaba remetendo de forma consciente, ou não, a uma ancestralidade africana que é recriada no Brasil.

Segundo Nilma Lino Gomes (2022), o processo de rejeição e aceitação do cabelo crespo também está relacionado com a ida a salões étnicos na expectativa de realizar uma mudança na aparência, de sentir o prazer de ser cuidado, de se sentir belo. Para além disso, o ato de frequentar esses espaços também pode estar relacionado com uma forma de afirmação da identidade negra, ou pode ser usada como uma espécie de passaporte para maior aceitação dentro um determinado grupo social ou em determinado círculo de amizade. Assim, esses salões estão no cerne de tensões e conflitos.

Ao fazer uma intervenção estética sobre o cabelo crespo, os cabeleireiros e cabeleireiras tocam literalmente esse cabelo, um símbolo que acumula tantas representações e estereótipos. Também tocam de perto em processos intrapsíquicos. Reproduzem, alteram, mexem com imagens e autoimagens. Cada cliente que se dirige para aquele espaço, incluindo as cabeleireiras e os cabeleireiros, carrega consigo as ambiguidades constituintes da construção da identidade negra no Brasil. Ambiguidade expressa nos conflitos vividos em relação ao cabelo crespo e ao corpo negro (Gomes, 2008, p. 165-166).

Para Luane Bento Santos (2021), no contexto atual da sociedade brasileira, observa-se um crescente debate sobre como os cabelos crespos e cacheados podem e devem ser usados e manipulados. Esse processo remonta reivindicações do Movimento Negro da década de 1970 que denunciavam o racismo estético sobre a corporeidade negra. De acordo com João Paulo Xavier (2020, p. 6):

é perceptível na sociedade brasileira os diversos preconceitos e as rejeições das nossas estéticas negras. Esse assédio estético parte do entendimento de que os elementos fenotípicos encontrados em pessoas brancas são vistos como superiores aos traços negróides de pessoas pretas, pardas e, também, indígenas.

Apesar do racismo estético expressar que a beleza negra não é bem-vinda, na realidade ela expressa e traz consigo “matizes de maravilhosos e múltiplos tons do claro ao mais retinto, texturas, cachos e estéticas artísticas que são ignoradas para que o padrão eurocêntrico continue estabelecido como o desejável, o belo e o normal” (Xavier, 2020, p. 35).

Na figura 1, é possível visualizar a denúncia a esse tipo de racismo por meio da fotografia de Kwame Brathwaite. Fotógrafo que cresceu no Harlem, um bairro de Manhattan,

na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, durante o movimento pelos direitos civis, ele tinha por objetivo capturar imagens de mulheres afro-americanas abraçando um novo ideal de beleza na era dos direitos civis, a imagem mostra um desfile em uma escola pública do Harlem no qual o visual “black power” estava sendo adotado por jovens como uma intenção política, uma tendência que posteriormente se espalhou por vários lugares do mundo.

Figura 1 - Kwame Brathwaite “Black is beautiful” - Harlem, 1996.



Fonte: The Guardia (2023)².

O Movimento “*Black is Beautiful*” traduzido como “Negro é Lindo”, construído ao longo das décadas de 1970 e 1980, marcou a luta dos negros nos Estados Unidos, na África do Sul e no Brasil, por meio de conscientização política e com estratégias de valorização do negro que se expressam no corpo, na estética, nas artes, na dança, na educação, na música, na pintura e na política (Gomes, 2017; 2018).

[...] Acho que a intenção é de que esse slogan sirva, e ele está servindo, para um aspecto muito importante em nossa tentativa de alcançar a humanidade. A gente está enfrentando as raízes mais profundas da opinião do negro sobre si mesmo. Quando a gente diz: “Negro é lindo”, o que na verdade a gente

² <https://www.theguardian.com/artanddesign/2019/apr/28/birth-of-black-is-beautiful-look-kwame-braithwaite>.

está dizendo para ele é: “Cara, você está bem do jeito que você é, comece a olhar para si mesmo como um ser humano. Agora, na vida africana especialmente, isso tem também certas conotações: as conotações sobre o modo como as mulheres se preparam para serem vistas pela sociedade, em outras palavras, o modo como sonham, o modo como se maquiavam etc., que tende a ser uma negação do seu verdadeiro estado e, de certo modo, uma fuga de sua cor. Elas usam cremes para clarear a pele, usam coisas para alisar o cabelo etc. Acho que de certo modo elas acreditam que seu estado natural, que é um estado negro, não é sinônimo de beleza. Assim, só podem chegar perto da beleza se a pele delas for a mais clara possível, se os lábios ficarem bem vermelhos e as unhas bem cor de rosa. De modo que em um certo sentido a expressão “Negro é lindo” desafia precisamente essa crença que faz com que alguém negue a si mesmo. (Gomes, 2018, p. 227 apud Silva, 2001, p. 40-41).

Importante marcar que, em termos de definição, de acordo com Gomes (2017), o Movimento Negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como:

um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com outros movimentos sociais, emergiu de forma mais organizada na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito coletivo, esse movimento é visto na mesma perspectiva de Sader (1933), ou seja, como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais se defendem interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados. Abre-se espaço para interpretações antagônicas, nomeação de conflitos, mudança no sentido das palavras e das práticas, instaurando novos significados e novas ações. (Gomes, 2017, p. 47).

Nesse contexto, Gomes (2018) aborda que era necessário a construção de um discurso político de naturalidade do cabelo e estética negra, no qual o negro oprimido deveria se libertar dos valores racistas brancos e resgatar a riqueza da cultura africana e valorização do padrão estético negro. A autora afirma que no Brasil o conceito de “negro é lindo” e “beleza negra” se expande e posteriormente se torna nome de revistas, de eventos e de blocos afros e salões.

Em sua tese de doutorado intitulada “*Trancista não é cabeleireira!*”: *identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro*”, e no artigo *Identidade de trabalho e pertença Étnico-racial entre trancistas afro*, Luane Bento dos Santos (2021; 2022) chama a atenção de que, apesar do crescente estudo acerca da aparência negra e do cabelo crespo, são poucos os trabalhos que abordam as trancistas como foco de pesquisa, e se faz necessário compreender quem são essas mulheres responsáveis por um trabalho que promove a transformação estética e de enfrentamento ao racismo. Segundo a autora:

Na atualidade, a técnica corporal das tranças é largamente utilizada por grupos diversificados da sociedade. Pessoas negras, brancas, de diferentes classes, religiões, gêneros, geração e escolaridade as utilizam. Uma ampliação de usuárias (os) que implica também no crescimento de trabalhadores que oferecem esse tipo de serviço artesanal (Santos, 2021, p. 76).

Também é enfatizado a importância da utilização do termo *trancista* visando uma tentativa de sair da invisibilidade, uma vez que seus trabalhos são desconhecidos e aproximados ao trabalho de cabeleireiros. Santos (2022) diferencia as *trancistas* e cabeleireiros segundo a aquisição de saberes:

Uma distinção marcante entre as *trancistas* e as(os) cabeleireiras(os) ainda se refere à aquisição de saberes e fazeres. Assim como os barbeiros, o ofício de trançar cabelos é aprendido e aperfeiçoado no cotidiano, no espaço dos salões, no contexto familiar. As(os) cabeleireiras(os) obtêm seus conhecimentos em instituições formais como os cursos e escolas de cabeleireiras(os) regulamentadas e reconhecidas pelos seus órgãos representativos (Santos, 2022, p. 150).

Neste trabalho, as *trancistas* são compreendidas, segundo a definição de Luane dos Santos (2021, p. 76), como um “[...] ofício tradicional da cultura afro-brasileira. São trabalhadoras especializadas em arquitetar penteados afro que relembram aspectos dos processos de artesanaria devido ao tempo de preparação que pode levar um penteado para ficar pronto”.

Os saberes e fazeres das *trancistas* são marcados, sobretudo, por práticas cotidianas de vida das famílias negras e passado para as demais gerações:

O uso de tranças é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África. Porém, os significados de tal técnica foram alterados no tempo e no espaço. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas famílias negras, ao arrumarem o cabelo das crianças, sobretudo das mulheres, fazem-no na tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo. Outras fazem-no simplesmente como uma prática cultural de cuidar do corpo. Mas, de um modo geral, quando observamos crianças negras trançadas, notamos duas coisas: a variedade de tipos de tranças e o uso de adereços coloridos. Tal prática explicita a existência de um estilo negro de pentear-se e adornar-se, o qual é muito diferente das crianças brancas, mesmo que estas se apresentem enfeitadas. Essas situações ilustram a estreita relação entre o negro, o cabelo e a identidade negra. A identidade negra compreende um complexo sistema estético. Depois de adultas, muitas mulheres negras reconciliam-se com as tranças. Agora, porém, elas apresentam-se estilizadas, desde as chamadas tranças africanas ou agarradinhas, que formam desenhos engenhosos no couro cabeludo, até as jamaicanas, de diferentes comprimentos. Esses penteados são também usados pelos homens, porém com menor frequência. (Gomes, 2008, p. 150).

Deste modo, as *trancistas* marcam o espaço não somente através da manipulação corporal, mas por constituir importantes espaços que atuam como forma de resistência,

enfrentamento ao racismo, de afirmação de identidade, contribuindo para o aumento da autoestima de homens e mulheres negras.

É possível afirmar que trancistas realizam atividades que se encaixam no circuito inferior da economia, pois são atividades pouco burocráticas, que utilizam menos tecnologia e possuem alto grau de criatividade (Santos, 2004). Além disso, apresenta a ausência de publicidade intensiva, graças ao contato com a clientela e a divulgação “boca a boca” e por meio das redes sociais. Há diferenças também nos seus espaços de trabalho – que, na maioria das vezes, são suas residências, quintais, varandas ou outras extensões da casa, ou até mesmo a residência de seus clientes.

Para uma melhor análise do papel das trancistas e as suas marcas no espaço, é preciso considerar a importância dos estudos de gênero para as geografias feministas. Joseli Maria Silva (2009) aborda que a ciência geográfica é um campo do saber engendrado por relações de poder, apresenta traços característicos que dificultam a expressão das pessoas cujas existências vão em desencontro com o padrão hegemônico cis, heteronormativo, machista, patriarcal e branco. Essas pessoas são sobretudo a população negra em geral, as mulheres negras, os povos originários, LGBTQIA+, entre outros grupos.

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. (Silva, 2009, p. 26).

De forma geral, pode-se afirmar que foi somente em meados da década de 1990, durante a terceira onda³ do feminismo, que surgiram críticas e denúncias mais significativas dentro dos movimentos feministas, com o objetivo de abranger as diferentes identidades femininas. Até então, essas identidades eram predominantemente abordadas a partir de uma ótica universalizante de mulheres brancas.

³ Segundo Silva (2009), o movimento feminista é caracterizado por três momentos, atrelados a diferentes reivindicações das mulheres. A primeira onda, associada ao período entre o final do século XIX e meados dos anos 20 do século seguinte, tinha como fundamento o reconhecimento legal da igualdade de direitos entre homens e mulheres, como o direito ao voto e ao trabalho. A segunda onda, que se desenvolveu entre os anos 1960 e 1980, buscava a igualdade de direitos nas transformações dos costumes e das ações cotidianas ligadas à liberdade sexual e às discriminações de gênero. A terceira onda emergiu nos anos 90, como crítica da segunda onda, e reivindicava a contemplação das diferenças das identidades femininas até então centradas na perspectiva universalizante da mulher branca (Silva, 2009, p. 27).

Tais críticas evidenciaram a natureza excludente dos discursos predominantes, uma vez que as opressões afetam as mulheres de formas diferentes. Portanto, fez-se necessário a promoção de um diálogo de gênero que reconhecesse as especificidades, levando em consideração por exemplo, os recortes de raça e classe. Diante disso, evidencia-se a importância da interseccionalidade (Crenshaw, 2002), que emerge particularmente de teorias negras, partindo da abordagem inter-relacionada das categorias de gênero, raça e classe como fundamentos de discriminação ou dominação.

O movimento feminista da geografia ampliou as noções das diferenças que marcam profundamente o espaço, em qualquer escala adotada para análise, e qualquer que seja o foco de interesse, vinculando as complexas relações entre corpos, identidades e poder na produção material e simbólica do espaço (Silva, 2009, p. 31).

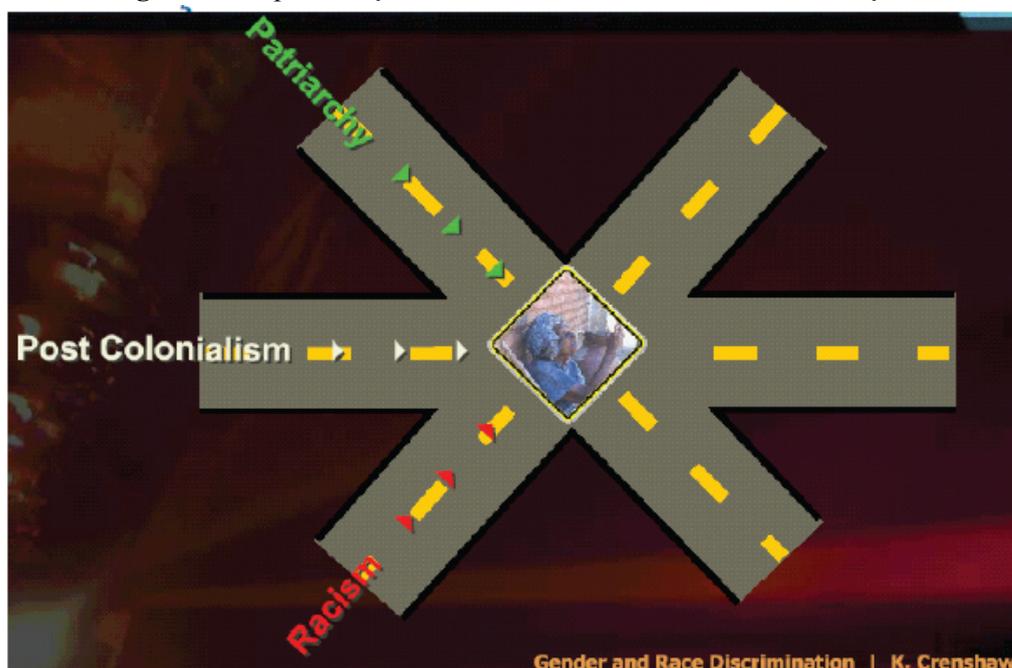
Deste modo, na Geografia, os estudos feministas e de gênero servem como uma espécie de denúncia, ao mesmo tempo que contribuem para a ciência geográfica a conquista de espaços políticos e científicos.

Assim, se faz necessário compreender o papel das transistas a partir da perspectiva interseccional presente entre raça, gênero e classe. Interseccionalidade é definida por Kimberlé Crenshaw (2002) como uma categoria política, analítica e metodológica para compreendermos as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Para a autora:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002) aborda, ainda, que nem sempre estamos lidando com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Esses grupos são demarcados por sua condição de gênero, raça, classe, faixa etária, deficiência, religiosidade, dentre outras, evidenciando que as discriminações devem ser vistas de formas correlatas. Buscando ilustrar o conceito de interseccionalidade (Figura 2), a autora cria uma metáfora abordando a existência de avenidas que estruturam terrenos sociais, políticos e econômicos, através de vários eixos de poder, como por exemplo: raça, gênero e classe, que são distintos e mutuamente excludentes. Os grupos marcados por múltiplas opressões, posicionadas nessas intersecções, são atingidos por um fluxo de colisões simultâneas.

Figura 2 - Representação da interseccionalidade das discriminações.



Racism = Racismo

Post Colonialism = Pós-Colonialismo

Patriarchy = Patriarcado

Fonte: Crenshaw (2002).

Assim, Crenshaw (2002) exemplifica com a imagem que as mulheres negras estão localizadas no centro destas avenidas identitárias e são atingidas simultaneamente por diferentes formas de opressões, que resultam na exclusão e na criação de barreiras raciais e sexistas. Em relação às decorrências que a interseccionalidade irá produzir no âmbito do trabalho, o tópico seguinte tem como objetivo abordar o afroempreendedorismo, buscando compreender os obstáculos vivenciados pelos empreendedores negros, os quais são marcados por relações de raça, gênero, classe e outros fatores, resultando em experiências únicas e interdependentes.

2. AFROEMPREENDEDORISMO

2.1. O trabalho das mulheres no espaço urbano

Ao definir o espaço geográfico, Milton Santos (2006) o conceitua como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações, ou seja, sistemas de objetos e

sistemas de ações interagem entre si. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (Santos, 2006, p. 63).

Para o autor, os objetos que interessam à geografia são os móveis e imóveis, ou seja, é tudo que está sobre a superfície terrestre e todo resultado da história natural e da ação humana que se objetivou (Santos, 2006). As ações são processos dotados de propósitos e finalidades, e não se restringem apenas ao homem, mas também, as empresas e instituições. As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. “Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos” (Santos, 2006, p. 83). Deste modo, os objetos podem ser compreendidos como o resultado do trabalho, enquanto as ações podem ser compreendidas como formas de trabalho.

Karl Marx (2013) define o trabalho como

um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2013, p. 327).

Dessa forma, a ação e transformação do homem sobre a natureza, também transforma a si próprio. “Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa” (Santos, 2006, p. 78). Para o autor, o trabalho é a aplicação da energia do homem sobre a natureza. Logo, a ação que ele realiza sobre a natureza para suprir as condições materiais e culturais necessárias para a sua existência, está intrinsecamente ligada à forma como o espaço é produzido.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem (Santos, 1994, p. 96).

O processo de globalização resultou na mundialização do espaço geográfico, tendo como uma de suas características a divisão territorial e social do trabalho. Ao analisar o

trabalho das mulheres no espaço urbano, é crucial também considerar sua divisão sexual do trabalho, que pode ser entendida como

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Danièle Kergoat (2009), a partir das críticas e questionamentos ao conceito de trabalho, bem como do desenvolvimento de pesquisas que introduziram a dimensão sexual do trabalho e as problemáticas de sua divisão de gênero, propõe uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho, que inclui a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 597):

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

A divisão sexual do trabalho se refere a separação e o dever de diferentes valores atribuídos aos trabalhos realizados por homens e mulheres. Deste modo, a autora pontua que as relações sociais são resultado de relações de poder e dominação. Essa divisão influencia também nas demais convivências sociais, inclusive na forma como as mulheres interagem com o espaço.

Joseli Maria Silva (2007), apoiada nos estudos de Bondi (1992), aborda que o espaço reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos, e resulta no aprisionamento das mulheres em determinados locais, separando áreas comerciais, industriais e residenciais. Nesse sentido, a autora fala da existência de ambientes de constrangimento que resultam nas diferentes formas de acesso e circulação entre homens e mulheres, como por exemplo:

[...] a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade. (Silva, 2007, p. 120).

Da mesma forma, Ivaine Tonini (2002) aborda que o surgimento da sociedade industrial reduziu a mulher a desempenhar apenas o papel de esposa e mãe, que deveria se manter pura e “distante dos problemas e das tentações do mundo exterior — o mundo do

trabalho” pois esse era o papel do homem e isso resultou na captura da mulher para o espaço doméstico.

Essa captura da mulher para o espaço doméstico a separa do espaço público, ou seja, coloca-a à margem desse espaço. Tal captura traz sérias implicações na política de construção de sua identidade feminina, pois, ao ser destinada somente ao lar, cabe a ela executar tarefas tradicionalmente consideradas sem qualificação. Assim, o discurso biológico encontra, no desempenho de tarefas domésticas, a legitimação para considerar as mulheres mentalmente deficitárias, incapazes de entender certos assuntos, de tomar decisões mais sérias. (Tonini, 2002, p. 67).

Levando em consideração a forma como se estruturam as relações raciais no Brasil, se faz necessário falar também da divisão racial do trabalho. Lélia Gonzalez (2020) coloca que

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele. (Gonzalez, 2020, p. 40).

Sobre as relações raciais e o trabalho, Almeida (2019) pontua que o racismo produz a normalização da exploração, resultando no pagamento de uma remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, sendo esse fato exemplificado pelo grande número de trabalhadoras e trabalhadores que, independentemente do número de horas laborais, não conseguem sustentar a família. Para o autor, a superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, e apresenta três indagações sobre o funcionamento do racismo:

1- a existência de racismo e superexploração nos países desenvolvidos ou centrais, que se dirige tanto a nacionais como a imigrantes; 2- o racismo que se manifesta fora das relações de produção, como na violência policial contra minorias; 3- o fato de que uma mesma formação social possa abrigar os mais diversos modos e níveis de exploração, podendo um trabalhador assalariado e com direitos sociais conviver com um trabalhador que produz em condições análogas à escravidão, inclusive na mesma cadeia produtiva (Almeida, 2019, p. 106).

Djamila Ribeiro (2018) pontua que, no Brasil, ao longo da década de 1970, o movimento feminista lutava pelo direito ao prazer, contra a violência sexual e pela valorização do trabalho da mulher. No fim da mesma década, o feminismo negro ganhou força no país, lutando para o reconhecimento das mulheres negras enquanto sujeitos políticos. Nesse contexto, haviam fortes críticas ao caráter universalizante do feminismo e a necessidade de discutir gênero considerando os recortes de classe e raça – conforme

explicamos acima, a respeito da segunda onda do feminismo. A autora exemplifica uma das críticas, mostrando que trabalhar fora sem a autorização do marido jamais foi uma reivindicação das mulheres pobres ou negras. Deste modo, abordar a divisão sexual do trabalho sem racializar as relações, resulta na homogeneização das mulheres. Falar da atividade das trançistas sem pensar nesses marcadores é ignorar a complexidade da questão.

Sobre a divisão sexual e racial do trabalho no Brasil é importante mencionar que, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o governo brasileiro procurou atrair imigrantes europeus para o trabalho no país. Jair de Souza Ramos (1996) aborda que, com a promulgação da Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão, o objetivo era a substituição da mão de obra escravizada pelo regime de trabalho livre. Gonzalez (2020) afirma que a abolição da escravatura foi um fator crucial para o processo de marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. “Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre” (Gonzalez, 2020 p. 187).

Visando atrair trabalhadores que seriam supostamente mais aptos, eram utilizadas propagandas que exaltavam as riquezas naturais do Brasil e a inexistência de conflitos raciais e sociais, além de promessas de paz e trabalho. Um dos principais objetivos era o embranquecimento da população. Deste modo, haviam “imigrantes desejáveis e indesejáveis”, criando uma restrição à entrada de imigrantes negros e amarelos, enquanto a chegada de europeus brancos resultaria na construção de um povo brasileiro mais homogêneo.

A entrada de sangue branco e a conseqüente depuração do sangue negro pela mestiçagem garantiriam, assim, a correção dos componentes étnicos que fundaram o Brasil, produzindo um "tipo" racial brasileiro mais eugênico, porque possuidor de maior quantidade de sangue branco. Esse futuro tipo brasileiro teria como principal virtude fornecer um patamar mais elevado sobre o qual o povo brasileiro construiria sua unidade racial e cultural, e também garantir uma evolução futura do país pela melhoria dos tipos raciais que o compunham. (Ramos, 1996, p. 61).

Margareth Rago (2010), ao fazer um resgate histórico das mulheres operárias no Brasil no século XX, afirma que, entre os anos de 1880 e 1930, entraram cerca de 3,5 milhões de imigrantes europeus no país. A autora afirma que, apesar dos poucos trabalhos que focaram na presença feminina nesse processo de imigração e industrialização, havia um expressivo número de mulheres imigrantes que trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem.

As mulheres negras, por sua vez, não possuíam espaço de trabalho nas indústrias. Apesar da abolição da escravidão, os trabalhadores negros e negras continuaram nos setores mais desqualificados com péssimas condições de trabalho e baixos salários. Sobre a condição

das mulheres negras nesse período, Rago (2010) afirma:

Sabemos que sua condição social quase não alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam que o grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavanderias, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas, e suas fotos não se encontram nos jornais de grande circulação do período - como o Correio Paulistano e o Estado de S. Paulo ou o Jornal do Commercio e A Noite, do Rio de Janeiro -, ao contrário do que ocorre com as imigrantes europeias. [...] as fotos ilustrativas revelam meretrizes brancas, finas e elegantes, lembrando muitas vezes as atrizes famosas da época. Normalmente as mulheres negras são apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania. (Rago, 2010, p. 552).

No mesmo sentido, González (2020), ao fazer uma análise da condição da mulher trabalhadora negra pós-abolição, aborda que

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem. Assim, o 1º de maio tem a ver com o 13 de maio. Enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: “Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?”. Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra (Gonzalez, 2020, p. 217-218).

Assim, tendo em vista a divisão sexual e racial do trabalho, Gonzalez (2020, p. 56) reafirma que “[...] não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho”.

Considerando as condições do trabalho feminino atualmente, é possível identificar algumas permanências, avanços e novos desafios. Os estudos referentes à segunda edição das “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”, publicado em 2021, e os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, apresentam informações sobre as condições de vida das mulheres no Brasil, abrangendo aspectos como estruturas econômicas, participação em atividades produtivas, acesso a recursos, educação, saúde, entre outros.

Esses dados são de grande importância, uma vez que contribuem para a formulação de políticas públicas e para a compreensão das desigualdades persistentes nos diversos aspectos

da vida da população. No Brasil, a taxa de atividade feminina teve um aumento significativo nos últimos anos. A tabela 1 revela que a taxa de participação das mulheres, entre 15 anos ou mais, aumentou de 51,6% em 2012 para 54,5% em 2019, enquanto essa taxa para os homens no ano de 2019 era de 74,7%. Em relação às mulheres pretas, as taxas eram de 50,3% em 2012 e 53,5% em 2019.

Tabela 1 - Participação na força de trabalho por pessoas de 15 anos ou mais de idade 2012 - 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mulheres								
Brancas	53,1	53,5	53,1	53,5	54,5	54,7	55,1	55,7
Pretas ou pardas	50,3	50,9	50,6	51,3	51,5	52,6	52,7	53,5
Total	51,6	52,2	51,8	52,4	52,8	53,6	53,8	54,5
Homens								
Brancos	74,7	74,8	73,9	74,3	74,2	74,1	73,7	74,1
Pretos ou pardos	74,8	74,6	74,2	74,7	73,8	73,6	72,9	73,4
Total	74,7	74,6	74,1	74,5	74	73,8	73,3	73,7

Fonte: IBGE/PNAD. Ingrid Basílio, 2023.

Os dados da PNAD Contínua 2019 também indicam que as mulheres apresentam maiores taxas em relação à educação de nível superior: 19,4% das mulheres e 15,1% dos homens possuem nível superior completo. Entretanto, apesar da taxa de escolarização entre as mulheres ser maior do que a dos homens, elas ainda continuam recebendo salários mais baixos.

Além disso, as pesquisas concluem que a menor participação das mulheres no mercado de trabalho, tem como um de seus fatores o seu maior envolvimento no trabalho não remunerado. Em relação ao trabalho doméstico, ele permanece sendo majoritariamente realizado pelas mulheres, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2022): 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram atividades domésticas e/ou cuidado de pessoas, enquanto apenas 79,1% dos homens realizaram essas atividades.

Do total dessas mulheres, 44% eram brancas e 54,9% eram mulheres pretas e pardas. Em relação às horas dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos, a PNAD Contínua (2022) mostra que as mulheres gastam em média 21,4 horas enquanto os homens gastam 11,0 horas, o recorte racial indica que as mulheres pretas e pardas registram 22,0 semanais, e as mulheres brancas 20,7. Para os homens, os dados revelam que o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça.

Esses dados evidenciam que o trabalho doméstico e o cuidado com o lar continua sendo majoritariamente realizado por mulheres e por mulheres negras. Influenciado pela feminização do trabalho doméstico, Tonini (2002) coloca que

[...] sejam de trabalho gratuito e/ou trabalho remunerado, as tarefas domésticas constituem sempre um serviço feminino. As mulheres, portanto, donas de casa ou empregadas domésticas, são trabalhadoras que pouco usufruem dos benefícios que a sociedade capitalista outorga a outras profissões — salário, férias, descanso, limites de jornada, aposentadoria, licença-maternidade (Tonini, 2002, p. 70).⁴

Silva (2007) e Tonini (2002) abordam que as diferentes remunerações dos trabalhos femininos em relação aos masculinos geram uma feminização da pobreza. Essa feminização pode ser compreendida como o aumento da pobreza entre as mulheres e o aumento de famílias chefiadas por mulheres:

A feminização da pobreza consistiria numa elevação da proporção de mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. Cabe ressaltar que essas definições estão sujeitas às características demográficas da população em análise. Assim, um aumento da proporção de mulheres ou de indivíduos em famílias chefiadas por mulheres levaria à feminização da pobreza, de acordo com essas hipóteses. Apesar disso, as consideramos por serem relevantes para a formulação de políticas públicas (Costa *et al.*, 2005, p. 16).

Sueli Carneiro (2011) utiliza o termo “matriarcado da miséria” para descrever a marginalização e discriminação histórica vivenciada pelas mulheres negras, que resulta em uma espécie de “asfixia social”, que determina de forma negativa diferentes aspectos sobre todas as dimensões da vida dessas mulheres, como a exclusão do mercado de trabalho e confinamento em ocupações de menor prestígio e remuneração, o que afeta também a saúde mental causando sequelas emocionais e o rebaixamento da autoestima e os relacionamentos afetivos. A autora pontua que o resultado dessa segregação se revela no perfil da mão de obra feminina negra.

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (Carneiro 2011, p. 120).

Os dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), abordam a exclusão da população negra no mercado de trabalho, enfrentando maiores dificuldades para conseguir emprego, para progredir na

⁴ Vale ressaltar que, a partir de 2016, as trabalhadoras domésticas adquiriram direitos trabalhistas, como jornada de trabalho, férias, horas-extras, licença parental, 13º salário, aviso prévio e seguro desemprego – conquistas fruto de suas reivindicações políticas históricas.

carreira, entrar nos postos de trabalho formais e ainda recebem os menores salários. As mulheres negras vivenciam essa exclusão e, além da discriminação racial, acrescenta-se a discriminação por gênero.

Em relação ao trabalho, os homens negros somam 51,3% dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, enquanto as mulheres somam 51,1% (Tabela 2). No trabalho considerado desprotegido, as mulheres negras lideram as estatísticas com 47% (Figura 3). Segundo o DIEESE (2023), o conceito de trabalho desprotegido se assemelha ao conceito de trabalho informal e corresponde aos empregados sem carteira assinada, trabalhadores familiares auxiliares, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a Previdência.

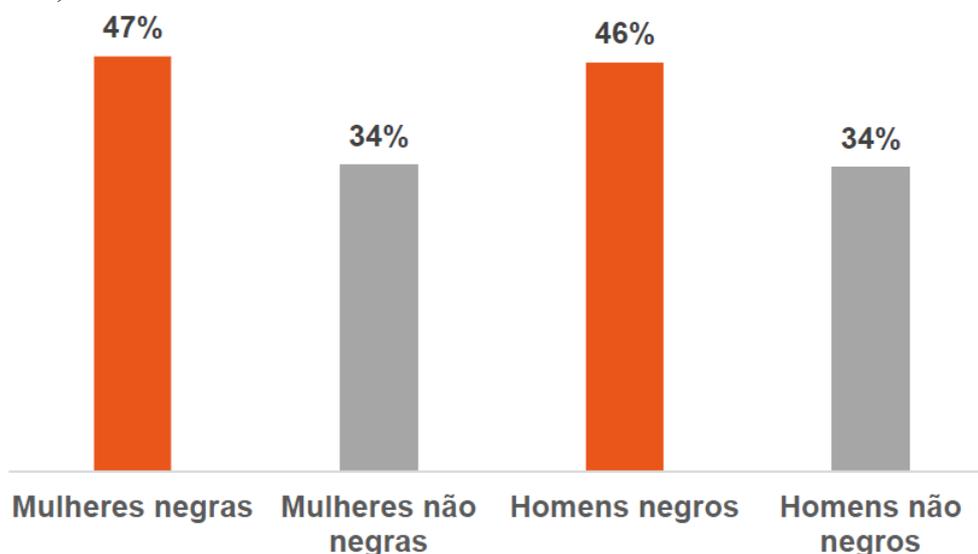
Tabela 2 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, segundo cor/raça e sexo - Brasil 2º trimestre de 2023.

Posição na ocupação	Mulheres negras	Mulheres não negras	Homens negros	Homens não negros
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	32,8%	37,2%	38,2%	39,8%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	11,1%	9,7%	17,8%	12,4%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,8%	2,3%	0,4%	0,2%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12,0%	6,6%	0,7%	0,5%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,6%	2,3%	0,9%	1,2%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	5,3%	3,9%	2,5%	1,6%
Militar e servidor estatutário	8,9%	11,1%	5,7%	6,7%
Empregador	1,8%	4,3%	3,6%	7,1%
Conta-própria	20,1%	20,7%	29,2%	29,7%
Trabalhador familiar auxiliar	2,6%	2,1%	1,1%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DIEESE (2023)⁵.

⁵ Fonte: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023/index.html?page=7>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

Figura 3 - Proporção de ocupados em trabalho desprotegido, segundo raça/cor e sexo (2023).



Fonte: DIEESE (2023)⁶.

Silva (2007), ao analisar os elementos constitutivos da relação entre pobreza, gênero e espaço urbano, evidencia que o crescimento das mulheres chefes de família no Brasil tem uma expressão majoritariamente urbana. Segundo o relatório publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua de 2022, que aborda as dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho, de um total de 75 milhões de lares, 50,8% eram chefiados por mulheres, o que correspondente a 38,1 milhões de famílias. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%). Silva (2007) pontua que

As estatísticas generalizantes e também expressivas da difícil condição dessas mulheres chefes de família são resultados reveladores de fatos cotidianos construídos lentamente nas relações do espaço privado e de vizinhança. Elas acabam exercendo a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel. Ornat (2005) demonstra que as mulheres de baixa renda, em geral, possuem uma vivência reduzida do espaço total da cidade, desenvolvem deslocamentos menos extensos e frequentes do que os estabelecidos pelos homens dos mesmos locais (Silva, 2007, p. 127).

Isto posto, o trabalho das mulheres no espaço urbano é marcado por estas tensões e conflitos evidenciados pelas relações de gênero, raça e classe. Nas cidades brasileiras, as mulheres estão presentes em variados cargos de trabalho, ainda que majoritariamente marcados por cargos associados ao cuidado e a serviços domésticos. Apesar do aumento do

⁶ Fonte: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023/index.html?page=7>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

nível de escolaridade contribuiu para a inserção das mulheres em trabalhos de maior qualificação e remuneração, Gomes (2003) pontua que alguns dos desafios encontrados pelas mulheres no mercado de trabalho nas cidades, atualmente, estão relacionados à dupla jornada, aos diferentes salários em funções equivalentes e às insuficiências nas políticas sociais, o que impede o acesso aos serviços de apoio familiar, como creches e outros equipamentos.

2.2 Definindo empreendedorismo no Brasil

Nas cidades brasileiras, tem se observado a crescente intensificação do empreendedorismo. O termo empreendedorismo apresenta diversas interpretações, Almiralva Gomes (2003) coloca que “[...] empreendedorismo ou empreendedor são substantivos derivados do verbo empreender que, por sua vez, tem sua origem na forma verbal latina *imprehendo* ou *impraehendo* que significa ‘tentar executar uma tarefa’” (Gomes, 2003, p. 37).

O empreendedorismo pode ser entendido segundo o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM)⁷ como qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja ele uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um negócio existente.

O empreendedorismo é avaliado em um sentido amplo, pois podem ser alcançados empreendedores dos mais variados matizes, com negócios formalizados ou não. No conceito GEM, o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento (formal ou informal), seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. E a atividade empreendedora se inicia antes mesmo da criação do negócio. (GEM, 2022, p. 3).

Segundo os dados da última pesquisa da GEM (2022), realizada no Brasil pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o país apresentou 30,3% da população se declarando como empreendedores, resultando em 42,2 milhões de pessoas envolvidas com a criação e manutenção de um negócio próprio.

No ano de 2021, foram realizadas pesquisas com recortes de gênero e raça, as pesquisas concluíram que os homens empreendem mais do que as mulheres. Entretanto, como pontua Gomes (2003), foi-se o tempo em que as atividades empreendedoras eram prerrogativas apenas masculinas. Atualmente, cada vez mais mulheres assumem essas atividades.

A taxa de empreendedorismo total masculina em 2021 era de 36,5%, enquanto para as

⁷ O GEM é um projeto de pesquisa cujo objetivo é entender, de forma mais profunda, o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social no mundo. Desde o ano 2000 é apoiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Neste ciclo de 2022, passou a ser conduzida pela Associação Nacional de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo (Anegepe), mantendo a parceria com o Sebrae. Fonte: <https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/>. Acesso em: 16 de nov. de 2023.

mulheres a taxa era de 24,6%. Os dados das pesquisas revelam que 54% dos homens empreendem por oportunidade, enquanto 55% das mulheres o fazem por necessidade (GEM, 2022).

Segundo os dados da tabela 3, analisando as atividades em comum entre os dois segmentos, as mais frequentes entre as mulheres empreendedoras estão relacionadas ao cuidado e beleza, tendo o ramo de cabeleireiro e outras atividades com 12,7%, enquanto para os homens esse mesmo segmento apresenta apenas 3,7%.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos empreendedores segundo o tipo de atividade por sexo (2022).

Atividades - segundo o Classificação Nacional da Atividades Econômicas – CNAE	Homens	Mulheres
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	3,7	12,7
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	2,8	11,8
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	3,2	11,3
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	6,2	7,5
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2,2	7,4
Outras atividades	48,7	49,3

Fonte: GEM (2022)⁸. Ingrid Basílio, 2023.

A necessidade por empreender da mulher, segundo Gomes (2023), em geral, resulta da saída de seus trabalhos assalariados, em que muitas vezes se sentem mal remuneradas, e sufocadas pela falta de flexibilização nos horários. A autora chama atenção para o fato de que a grande parte dessas mulheres estão mergulhadas na informalidade, deste modo são poucos os dados numéricos disponíveis sobre empreendimentos e microempreendimentos geridos por elas; além disso, as análises sobre o empreendedorismo feminino no Brasil ainda são incipientes e carecem de mais atenção.

Os dados da GEM (2022) relacionados a cor e raça revelam que, no ano de 2021, as taxas de empreendedorismo entre os brancos eram de 31,2% e entre os pretos e pardos de 30,0%. Os motivos que levam os pretos e pardos a empreender estão relacionados a escassez de empregos e os baixos salários. O empreendedorismo por oportunidade, segundo Zanella e

⁸ <https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

Magalhães (2023), ocorre quando o(a) empreendedor(a) decide criar seu próprio negócio, mesmo tendo outras possibilidades de renda. Por outro lado, o empreendedorismo por necessidade acontece quando o(a) empreendedor(a) não possui outra opção de renda e decide criar o seu próprio negócio para o sustento de si e de sua família, como é o caso da grande maioria das mulheres e dos negros no Brasil.

As atividades de maior expressividade, como indica a tabela 4, estavam relacionadas aos cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, que entre os pretos ou pardos tiveram a taxa de 9,5% e 4,0% para os brancos.

Tabela 4 - Distribuição percentual dos empreendedores segundo o tipo de atividade por cor ou raça (2022).

Atividades - segundo o Classificação Nacional da Atividades Econômicas – CNAE	Branco	Pretos ou pardos
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	4,0	9,5
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,3	7,9
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	6,0	7,6
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	8,0	6,0
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	3,4	5,7
Comércio varejista de outros produtos novos	3,3	3,3
Outras atividades	49,6	48,9

Fonte: GEM (2022)⁹. Ingrid Basílio, 2023.

O tópico seguinte abordará essa atuação de homens e mulheres negras como empresários, microempresários e relacionados a outras atividades como a produção, circulação, distribuição e venda de produtos no mercado, o que configura-se como *afroempreendedorismo*.

2.3 Afroempreendedorismo: reflexões sobre gênero, raça e classe

Como posto anteriormente, o empreendedorismo pode ser definido como qualquer iniciativa de criação de um novo empreendimento. Esse fenômeno também se impôs à população negra, sobretudo devido ao seu histórico de sub-inclusão/exclusão do mercado de

⁹<https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

trabalho (Soares, 2021).

Eliane Quintiliano Nascimento (2018) destaca que há uma certa dificuldade para definir o que seria afroempreendedorismo, principalmente devido a uma falta de literaturas sobre o assunto no meio acadêmico. A autora define o afroempreendedorismo como não apenas geração de renda, mas também a produção e oferta de serviços que promovem a cultura e valorização da identidade e estética afro-brasileira (Nascimento, 2018).

Já Maria Angélica dos Santos (2019), em seu livro *O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money*, aborda o afroempreendedorismo em seu sentido *lato sensu* (sentido amplo) e *stricto sensu* (sentido estrito). O primeiro “[...] diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros” (Santos, 2019, p. 36). Em seu sentido *lato sensu*, o empreendedor não tem necessariamente o objetivo de fortalecer o debate das questões raciais e sua principal característica é a condição étnica do sujeito, e não a sua atividade (Santos, 2019).

Já o afroempreendedorismo *stricto sensu*, “[...] diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros, comprometidos em estruturar uma cadeia produtiva que respeite a questão racial, privilegiando práticas antirracistas em todos os momentos da construção do ato de empreender” (Santos, 2019, p. 36). Deste modo, a autora apresenta os princípios do afroempreendedorismo, tais como: a unidade racial, a valorização da ancestralidade, a desracialização da cadeia produtiva. Estes princípios configuram o afroempreendedorismo como um movimento político, antirracista e de rompimento com as práticas coloniais, promovendo a consciência histórica e respeito pela cultura e práticas ancestrais (Santos, 2019).

João Carlos Nogueira e Jacques Mick (2013), ao fazerem uma análise sobre o desenvolvimento do afroempreendedorismo brasileiro, listam alguns dos principais obstáculos referentes à inclusão do negro no trabalho, tais como, *i*) a própria herança escravista, que associou o trabalho à desvalorização humana; *ii*) o longo fechamento do mercado de trabalho livre à população negra que foram abandonados a sua própria sorte e substituídos pela mão de obra dos imigrantes europeus; *iii*) o privilégio do ingresso à escola apenas para a elite branca, criando disparidades e bloqueando a admissão da maioria dos negros a funções de maior remuneração, além das barreiras de acesso a crédito. Sendo assim, o desemprego, o subemprego, o trabalho precário e os baixos salários são alguns dos fatores que perduram até hoje no cotidiano de trabalhadores negros e negras.

Uma vez escravos, os negros foram, até pouco tempo atrás, vistos unicamente como trabalhadores – nunca, como empresários. Dito de outro

modo: a imaginação mais generosa sobre a participação dos negros no capitalismo brasileiro sempre os localizou, na melhor das hipóteses, como trabalhadores remunerados, jamais como potenciais empreendedores, nem no setor privado, nem no público. Desde o imediato pós-escravidão, estabeleceram-se as barreiras de acesso ao crédito que ainda perduram na atualidade e a tese da meritocracia que ancora na prática os valores sociais e políticos que legitimam hierarquias e relações de poder no Brasil. O capitalismo brasileiro é um “negócio de brancos” também na visão dos intelectuais. (Nogueira; Mick, 2013, p. 88).

O afroempreendedorismo surge enquanto estratégia de enfrentamento a essas desigualdades e vulnerabilidades impostas. Para Nogueira e Mick (2013), as raízes do afroempreendedorismo brasileiro encontram-se desde o início do século XIX, em que o país já contava com 400 mil negros trabalhando de forma livre. De acordo com os autores, “É impossível que nenhum dos 400 mil negros livres fosse dono de seu próprio negócio, dadas as competências singulares encontradas nessa população” (Nogueira; Mick, 2013, p 88). E ainda no século XIX, os negros livres e libertos possuíam destaque na produção de sabão e velas, chapéus, fundição, metalurgia de ouro e prata. Além disso, constituíam grande parte dos comerciantes, artesãos, prestadores de serviços especializados, doceiras, quitandeiras e lavadeiras. Estes são alguns dos exemplos das primeiras iniciativas do afroempreendedorismo no Brasil, “os antepassados da economia informal” (Nogueira; Mick, 2013, p 89).

Para Flávio Gomes e Carlos Soares (2002), as quitandeiras eram típicas vendedoras negras escravizadas e libertas que compunham os espaços urbanos coloniais utilizando o tabuleiro para expor nas ruas seus alimentos à venda. Elas podem ser consideradas precursoras do afroempreendedorismo feminino no Brasil (Gomes; Soares, 2002).

Segundo Mariana Coelho (2022), até os dias atuais as quitandeiras representam um forte símbolo cultural; em muitas cidades brasileiras, suas práticas de trabalho ainda se fazem presentes nas ruas e nas feiras livres. A autora cita como exemplo as baianas vendedoras de acarajé – um alimento típico da cultura crioula, costume observado até hoje na Bahia e no território do recôncavo. Para Coelho (2022), as quitandeiras representam uma marca não só do empreendedorismo, mas também do empoderamento. Por meio de crenças e valores compartilhados, que resistiram ao tempo e permaneceram, essas mulheres demonstram as possibilidades de empreender mesmo em meio aos desafios de uma sociedade repleta de preconceitos e discriminações raciais e de gênero.

Assim, o afroempreendedorismo não é uma estratégia recente. Nascimento (2018) pontua que o empreendedorismo tem sido uma das pautas estratégicas de alguns Movimentos Negros no Brasil e em outros países para enfrentamento da presente desigualdade socioeconômica entre negros e brancos. Na década de 1970, o Movimento Negro Brasileiro e

diversos estudos e pesquisadores em universidades, com base nos estudos realizados pelo IBGE e IPEA, denunciaram as desigualdades raciais presentes entre negros e brancos, e a constante negação e neutralidades sobre a existência do racismo que influenciam na inserção efetiva do negro no mundo do trabalho (Nogueira; Mick, 2013), conforme evidenciamos anteriormente.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a partir dos debates acerca da participação dos negros no mercado de trabalho, surgiram as primeiras organizações de empresários negros, como o Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial (CACE), o Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEM) e Círculo Olympio Marques (COLYMAR) – estas foram as três primeiras instituições voltadas para o empresariado negro no Brasil. Posteriormente, em 1995, foram criados os Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEABRAs) e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA). Todas estas organizações estavam empenhadas na luta pela promoção e dignidade da população negra brasileira e são as bases de muitas conquistas importantes que beneficiaram e beneficiam afroempreendedores brasileiros até os dias de hoje. Com o mesmo objetivo, Charlene Soares (2021) cita algumas organizações que nos tempos atuais, operam fortemente no desenvolvimento do afroempreendedorismo no país, tais como: o Movimento *Black Money*, Preta Hub e o *D'Black Bank*, entre outros. Soares (2021, p. 29) reitera que

O Afroempreendedorismo foi a forma criativa inventada por ativistas negros como mais uma ferramenta de combate ao racismo estrutural, uma vez que não é mera associação da palavra afro a palavra empreendedorismo, mas sim uma chave que se pretende inovadora no aspecto do desenvolvimento de toda uma cultura de fortalecimento sociocultural e econômico da população negra.

Nascimento (2018) aborda os afroempreendedores como um subgrupo que oferece produtos e serviços com aspectos identitários afro-brasileiros voltados, principalmente para consumidores negros. Para a autora, grande parte desse grupo afirma a luta contra o racismo e a promoção da visibilidade positiva negra, fomentando também o afroconsumo. A consultoria ETNUS¹⁰, especializada em pesquisa de mercado e comportamento do consumidor negro no Brasil, define o afroconsumo como:

[...] um movimento de contracultura, que considera a influência direta ou indireta das características étnico-raciais nas experiências do consumo, consciente ou inconscientemente, protagonizando a estética e as

¹⁰ Fundada em 2014, a Think Etnus é a primeira empresa brasileira especializada na pesquisa de hábitos e tendências de consumo da população negra e investigação e tradução dos seus códigos culturais. Disponível em: <https://www.etnus.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

características raciais e culturais intrínsecas aos afrodescendentes. Esta ruptura surge como expressão das demandas de sujeitos ainda invisíveis aos olhos do mercado em sua totalidade (comunicação, produção industrial etc), que passam a exigir que suas individualidades e especificidades sejam consideradas e respeitadas. (ETNUS, 2016).

Para buscar compreender o afroempreendedorismo sob a ótica da interseccionalidade, tendo como foco o afroempreendedorismo feminino, autoras como Lélia González (2020), embora não tenham usado o termo interseccionalidade em suas análises, já refletiam sobre a compreensão das interações entre as diversas formas de opressão e marginalização enfrentadas pelas mulheres. De mesmo modo, Angela Davis (2016) debate as formas como as opressões estruturam a sociedade, abordando o trabalho doméstico e a exploração de classe vivenciada pelas mulheres negras, mostrando como é preciso considerar a intersecção e as formas como as opressões se inter cruzam para se pensar um novo modelo de sociedade.

Claro que a classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2016, p. 12).

Nessa mesma ótica, Maria Angélica dos Santos (2019) pontua que dentro do espaço de circulação de bens, mercadorias e indivíduos, ser negro é carregar o fardo da subserviência e abnegação. Dessa forma, o afroempreendedorismo se entrelaça com a interseccionalidade trazendo visibilidade para corpos e identidades. A autora aborda que para as mulheres negras o impacto de se tornarem donas de seu próprio negócio é altamente significativo, visto que, diferentemente das mulheres brancas, elas chegaram nesse continente para o trabalho e servidão.

Por muitas gerações de mulheres negras, o trabalho como empregada doméstica (versão moderna da escravizada da casa-grande) foi o único possível, um destino certo. Quando esta mulher rompe o círculo vicioso e busca um outro caminho, através do empreendedorismo, o que se percebe é o surgimento de uma nova dinâmica que determina uma mudança de direção da história de gerações de mulheres negras que cresceram sob um modelo emancipatório. Há o surgimento de novas narrativas e a possibilidade de que, enfim, nasçam outras histórias, com protagonistas negros/as que, mais do que ocuparem papéis principais, estes papéis são de sujeitos não oprimidos (Santos, 2019, p. 63).

A autora aborda o afroempreendedorismo como uma espécie de empreendedorismo curativo, voltado para a reconstrução da identidade e da saúde da população negra, na medida em que fortalece processos de integração social e autovalorização (Santos, 2019, p. 62). Deste

modo, o afroempreendedorismo se coloca como um movimento de resistência as condições hostis e adversas impostas aos negros e negras, e também como um movimento curativo (Santos, 2019) principalmente por meio de mulheres que promovem a valorização da autoestima, emancipação e independência.

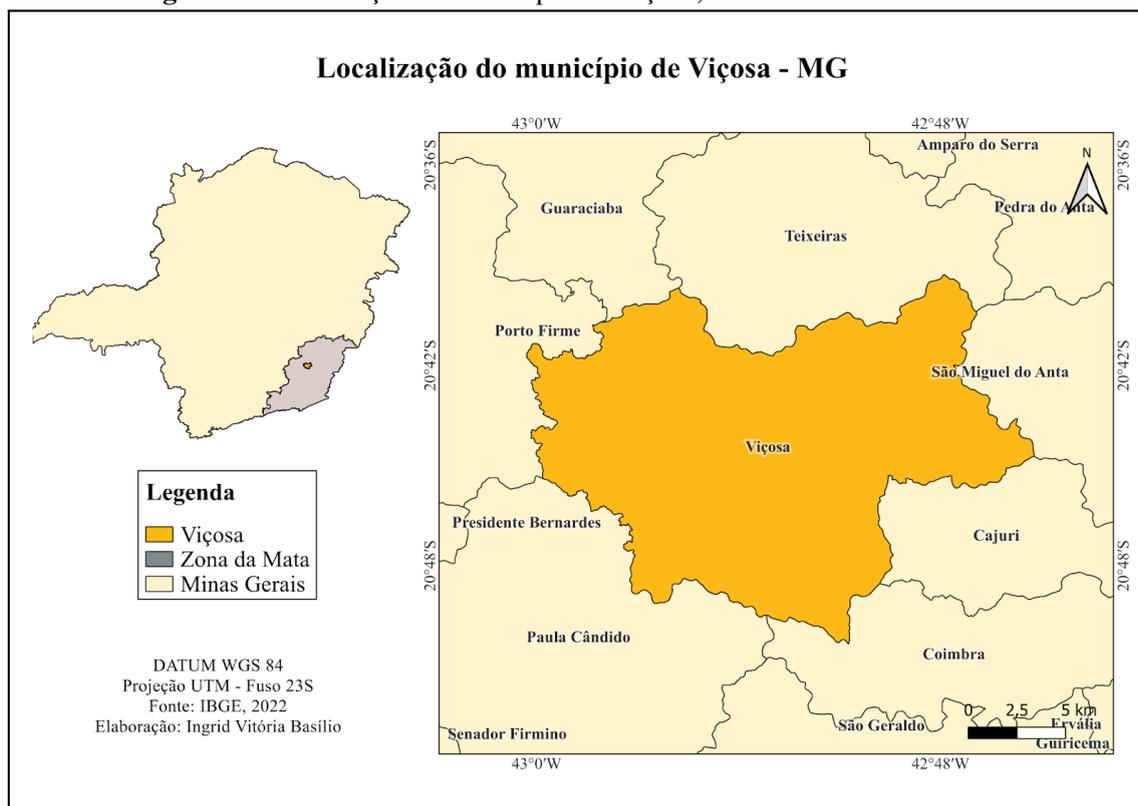
Tendo em vista esse caráter curativo do afroempreendedorismo, posto por Santos (2019), destaca-se mais uma vez a importância do corpo negro e do cabelo crespo no debate sobre o empoderamento, construção da identidade e luta contra o racismo. Nesse contexto, a seção subsequente, busca realizar a caracterização do município de Viçosa-MG, com foco nas relações entre raça e gênero, abarcando a sua composição étnica e as dinâmicas de trabalho no município. Além disso, há um debate sobre a cultura das tranças e a sua contribuição para o enfrentamento ao racismo no município.

3. CORPO NEGRO E CABELO CRESPO

3.1 Caracterização da população do município de Viçosa-MG

Viçosa é um município localizado no estado de Minas Gerais na mesorregião da Zona da Mata Mineira, possui área territorial de 299,418 km², e abrange quatro distritos: a sede, Silvestre, Cachoeira de Santa Cruz e São José do Triunfo. Em seus limites situam-se os municípios de Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta e Porto Firme (Figura 4).

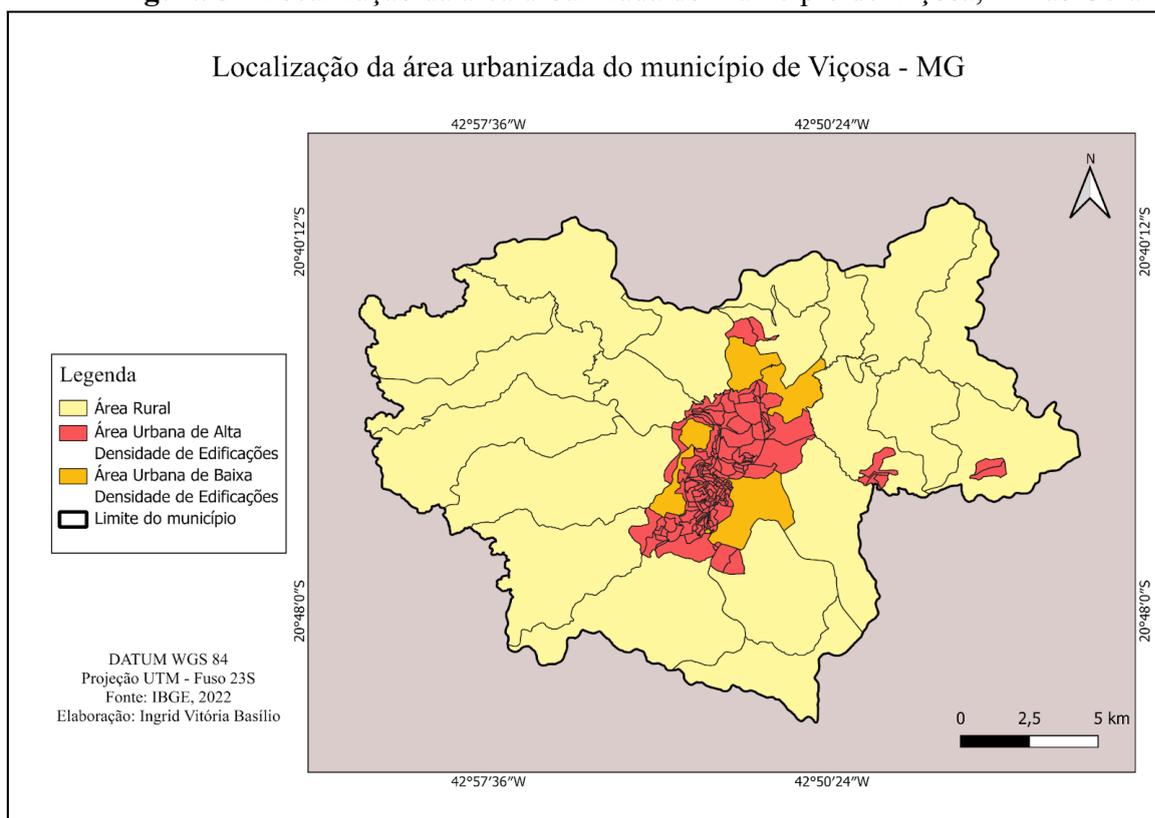
Figura 4 - Localização do município de Viçosa, Minas Gerais.



Fonte: IBGE (2022). Ingrid Basílio, 2023.

O município possui uma população de 76.430 habitantes (IBGE, 2022), apresentando uma densidade demográfica de 255,26 habitantes km². Destes 93% residem na área urbana do município e 7% na área rural, na Figura 5 é possível ver a localização dessas áreas.

Figura 5 - Localização da área urbanizada do município de Viçosa, Minas Gerais.



Fonte: IBGE (2022). Ingrid Basílio, 2023.

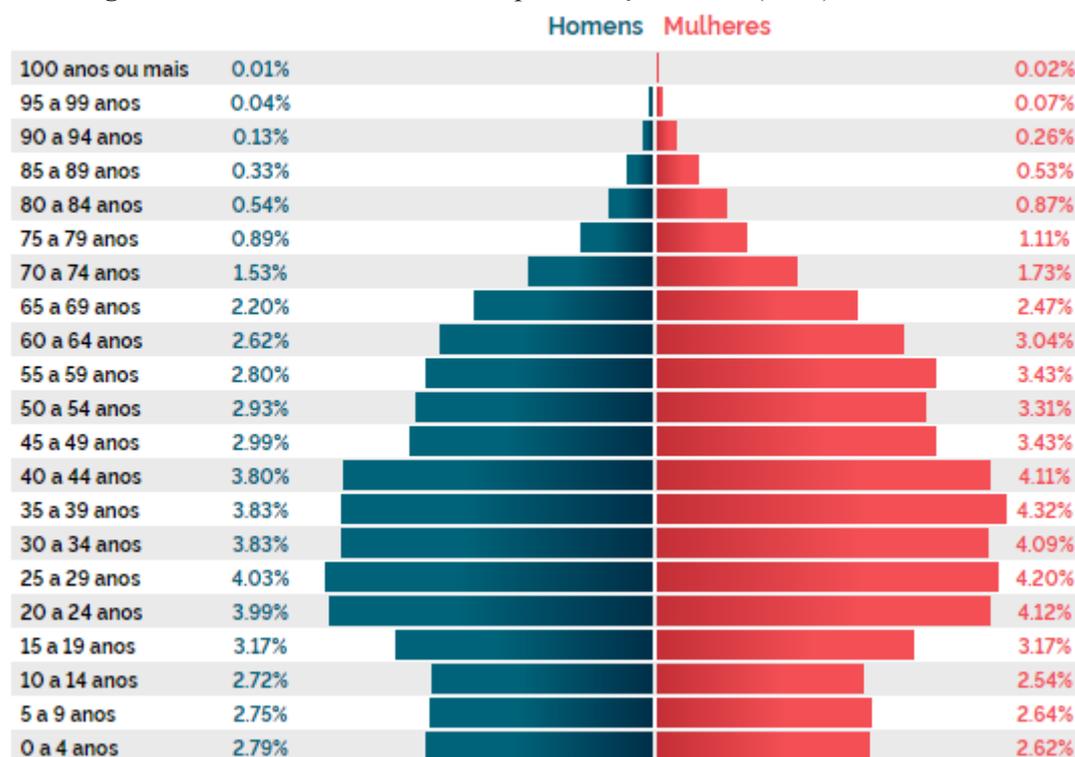
Segundo os dados do Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável - CENSUS (CRUZ *et al.*, 2014), ao contar a história da formação do município, aponta que a população viçosense se originou com a presença dos povos indígenas Puris e Botocudos (ou Aimorés) ao longo do Vale do Rio Turvo. Seguido pela presença dos colonizadores europeus, dos negros e, mais tarde, a vinda de imigrantes italianos, alemães, sírios e libaneses, que vieram para cá à procura de ouro e de novas terras para produção de gêneros agrícolas. Ribeiro Filho (1997) menciona que os primeiros núcleos populacionais que seriam o berço da atual cidade foram formados próximo ao afluente do Rio Turvo, o ribeirão São Bartolomeu.

Segundo os dados obtidos pelos últimos censos realizados pelo IBGE (2010; 2022) e CENSUS (CRUZ *et al.*, 2014), acerca das características da população viçosense, pode-se afirmar que ela é predominantemente negra, feminina e jovem. A composição da população por cor ou raça está distribuída da seguinte maneira: branca (46,54%); preta (14,73%); parda (37,78%); amarela (0,81%) e indígena (0,14%). Considerando a população negra como a somatória de pretos e pardos corresponde a 52,51%¹¹. Nos dados sobre gênero e faixa etária, a pirâmide etária do município evidencia a predominância de mulheres na maior parte das

¹¹ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso: 20 de out. de 2023.

idades, 52,08% da população é do sexo feminino e 47,92% do sexo masculino, sendo 39.807 mulheres e 36.623 homens. Há também a maior presença de jovens com idade entre 15 e 29 anos, totalizando 22,6% da população (IBGE, 2022).

Figura 6 - Pirâmide etária do município de Viçosa - MG (2022)



Fonte: IBGE (2022).

Viçosa é caracterizada como uma cidade de médio porte. Sposito (2006, p. 175) coloca que

Embora não haja consenso sobre a utilização dessas duas noções e seus parâmetros, no Brasil, o que se denomina como "cidades de porte médio" são aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Entretanto, nem todas as "cidades de porte médio" são, de fato, cidades médias, pois para serem assim conceituadas há que se verificar mais elementos que os indicadores demográficos e se analisar a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana. Assim, atribui-se a denominação "cidades médias" àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano.

Wagner Batella (2017) pontua que apesar de Viçosa ocupar posições de menor papel nos estudos sobre a rede urbana realizados pelo IBGE, quando se faz a análise da UFV de forma individualizada, passa a apresentar centralidades semelhantes a cidades de grandes

centros urbanos.

Sobre o processo de urbanização do município, Geraldo Filho (1997), Wagner Batella (2017) e Dayana Coelho (2013; 2020) ressaltam que a implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em 1926, transformada em 1948 na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), e posteriormente a sua federalização em 1969, que deram origem à UFV, contribuíram para impulsionar o crescimento urbano de Viçosa.

Com a federalização e a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, ampliou-se a demanda por emprego, habitação e terras servidas, intensificando a disputa fundiária nos locais mais próximos à Universidade, ou seja, na área central. Ribeiro Filho (1997), ao analisar a Formação do Espaço Construído em Viçosa, afirma que as construções e as ampliações do campus universitário (novas edificações, obras de pavimentação e paisagismo) conduziram à diversificação dos grupos sociais e fomentaram as atividades do setor de construção civil. Parte do fluxo migratório era constituída por camadas sociais com maior poder aquisitivo como os funcionários, servidores, professores da Universidade e estudantes e, outra parte pelas camadas populares que se deslocavam em busca de uma proposta de emprego. Portanto, a federalização foi um dos eventos catalisadores que possibilitou o despertar do espírito empreendedor dos capitalistas locais (Coelho, 2013, p. 4).

Batella (2017) também chama a atenção para a presença da UFV e de outras instituições de ensino superior como o Centro Universitário de Viçosa (UNIVIÇOSA), que atraíram um grande número de pessoas à procura de estudo ou emprego, influenciando no crescimento do comércio e intensificação do uso do solo, caracterizando em novas formas de produção e consumo. Além do ensino superior, também houve o surgimento de escolas particulares na rede de ensino infantil, fundamental e médio, transformando o município em um polo educacional de expressão. Médelin Silva (2014) coloca que:

A vocação econômica atual do município está ligada ao setor de serviços, principalmente no que se refere à atividade educacional. O crescimento do comércio está associado ao elevado número de instituições educacionais (ensino fundamental e médio, nível superior e técnico, particulares e públicas) e atividades econômicas afins (polos tecnológicos e de desenvolvimento, incubadoras de empresas, entre outros). O fato faz com que a prefeitura municipal utilize o *slogan* — cidade educadora como uma forma de propaganda referente a esses serviços. (Silva, 2014, p. 9).

Em relação à educação, de acordo com os dados do Censo Escolar (2022), a população do município conta com 62 estabelecimentos de ensino infantil, fundamental e médio. Desse total, 16 eram municipais, com 12 localizadas na área urbana e 4 na área rural, 10 escolas estaduais, 36 particulares e 2 escolas federais, sendo elas o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa - COLUNI e o Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH). Juntas elas totalizam 16.680

matrículas conforme indica a Tabela 5. Além disso, Viçosa conta com instituições de ensino superior, sendo uma federal (a Universidade Federal de Viçosa) e instituições particulares como UNIVIÇOSA, Faculdade de Viçosa (FDV) e Faculdades Integradas Norte do Paraná (UNOPAR) e outras instituições de Educação a distância - EAD que possuem sede no município, como a Universidade de Cesumar (UNICESUMAR), o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI), a União das Faculdades Francanas (UNIFRAN), a Unidade de Ensino e Aprendizado de Viçosa (UNESAV) e a Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).

Tabela 5 - Número de matrículas escolares por tipo de estabelecimento em Viçosa, MG – 2022.

Cursos	Tipos de Estabelecimentos				Total
	Municipal	Estadual	Particular	Federal	
Creche	659	0	1.576	99	2334
Pré Escola	1.142	0	473	77	1.692
Ensino Fundamental Anos Iniciais	1.815	1.218	1.244	0	4.277
Ensino Fundamental Anos Finais	1.202	1.540	1.133	0	3.875
Ensino Médio	0	1.562	810	473	2845
Ensino Especial	198	163	131	13	505
EJA	127	1.182	23	0	1.332
Total	5.143	5.665	5.390	662	16.860

Fonte: Censo escolar 2022. Ingrid Basílio, 2023.

Os dados sobre trabalho e rendimento, indicam que em 2021, o salário médio mensal era de três salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,9% (IBGE, 2022). Segundo o IBGE, Viçosa conta com um PIB *per capita* (2020) de R\$22.472,92 e um IDH de 0,775¹², estes números são considerados elevados, mas não parecem refletir a realidade observada frente aos inúmeros problemas socioeconômicos presentes no município.

Em relação ao setor de serviços, Coelho (2013), coloca que se observa, na paisagem da cidade, a instalação de pequenos restaurantes e serviços de alimentação do tipo *fast food* que se adequam perfeitamente ao estilo de vida dos estudantes, além de copiadoras, papelarias, cursinhos pré-vestibulares, bares, casas noturnas e escritórios na área central da cidade, empreendimentos imobiliários e os serviços terceirizados. Deste modo, conclui-se que as principais atividades econômicas do município estão relacionadas ao setor terciário e em sua maioria voltadas para atender às demandas da universidade.

¹² Fonte:

<https://primeiroasaber.com.br/2023/05/02/vicosa-esta-entre-as-15-melhores-cidades-para-se-viver-em-mg/>.

Acesso em: 13 dez. 2023.

Além das atividades do setor de serviços, também há a presença do setor agropecuário e industrial. Segundo a autora, a atividade agrícola não possui mais o mesmo caráter de importância, marcada em geral pela presença de pequenas propriedades com foco na criação de bovinos e na avicultura. A lavoura cafeeira, as atividades de manufatura e comercialização do café e as práticas de agricultura familiar voltadas para a produção de gêneros alimentícios de subsistência também são desenvolvidas. Já o setor industrial é marcado sobretudo pela agroindústria (Pereira, 2005).

[...] principalmente pela presença em Viçosa da unidade do grupo Pif-Paf, que possui expressiva circulação de sua produção no mercado regional. A própria Universidade Federal de Viçosa realiza atividades industriais no município ligadas ao setor agroindustrial. Por meio de uma Fundação, a UFV fabrica, com matéria prima local, uma série de produtos lácteos que são comercializados no próprio município e no entorno regional (Pereira, 2005, p. 203).

A partir dos dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTPS), para o mês de julho de 2023, pode-se observar na Tabela 6 que as atividades de comércio e serviço possuem destaque no município.

Tabela 6 - Empregados por Setor da Economia em Viçosa - MG (2023)

Setores	Número de Empregados
Agropecuário	258
Comércio	4.457
Construção	1.141
Indústria	1.582
Serviços	9.977
Total	17.415

Fonte: CAGED/MTPS (setembro/2023)¹³.
Ingrid Basílio, 2023.

Essas atividades destacam a presença do circuito inferior frente às atividades do circuito superior da economia urbana definido por Santos (2004), sendo responsáveis por gerar parte dos empregos e pela circulação de dinheiro entre a maior parte da população local. A presença do trabalho informal no município também é bastante expressiva.

Juliana Lopes Lelis (2011), em sua dissertação de mestrado em Economia Doméstica da UFV com o título *Territórios da Informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das*

¹³ <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>. Acesso em out. de 2023.

famílias inseridas no comércio informal de Viçosa, MG, descreve a presença de três espaços específicos de atividade comercial informal, conhecidos como Shopping Chequer, a Feira Livre, Feira de Artesanato, além dos vendedores ambulantes que se encontram espalhados pela sua área central.

Ao abordar as relações de emprego no circuito inferior, Milton Santos (2004) coloca que este circuito constitui uma estrutura de abrigo para os que possuem menos capital e oferecem serviços de custos reduzidos, tais como sapateiros, pequenos marceneiros, vendedores ambulantes, domésticas, entre outros. A configuração econômica do região marcada por uma indústria e agropecuária menos expressivas e a alta dependência do setor de serviços, acarreta na população do município o desemprego, a informalidade e a má distribuição de renda. Lelis (2011), em sua pesquisa, aponta que, ao analisar as justificativas das famílias viçosenses na inserção no mercado informal, dos 49% dos comerciantes entrevistados, a autora identifica que 29,3% veem o comércio informal como única opção de emprego e 19,7% como uma forma de complementar a renda familiar.

Já Matheus Lourenço (2022), ao abordar a presença do circuito superior em Viçosa, o relaciona principalmente com a UFV.

A presença de agências bancárias, de muitas cooperativas financeiras, mercados e supermercados, incubadoras tecnológicas, indústrias que, ainda em pequeno número, vêm alcançando mercados consumidores cada vez maiores e mais distantes, diversas empresas que celebram contratos, convênios e parcerias com a prefeitura e, principalmente, com a Universidade compõem o circuito superior da economia de Viçosa, caracterizado pelo capital intensivo, organização burocrática e que atende a população da cidade e ainda a população dos municípios próximos, recebendo diariamente pessoas desses municípios para consumir, vender, trabalhar na cidade ou na universidade e também os migrantes pendulares que, diariamente, vem estudar em uma das diversas instituições de ensino de Viçosa e retornam para suas cidades. (Lourenço, 2022, p. 73).

Em relação ao circuito inferior, o autor destaca que ele está presente em todos os bairros e distritos, e a sua intensidade e complexidade aumentam do centro da cidade em direção aos bairros e distritos periféricos.

Em Viçosa observa-se ainda em seu circuito inferior práticas agrícolas rudimentares e familiares, em alguns bairros periféricos predominam-se casas com quintais em que as famílias cultivam hortaliças e criam animais de pequeno porte para corte ou postura, são comuns os pequenos comércios como mercearias, hortifrutigranjeiros, lojas de produtos agrícolas e de materiais de construção civil que ainda adotam o sistema de caderneta de compras, a adoção da máquina de cartão é uma prática recente para muitos desses comércios, sendo que ainda há os que resistem em sua utilização. (Lourenço, 2022, p. 73).

Deste modo, analisando as características da população do município, sobretudo em relação ao trabalho, conclui-se que há no município a predominância do circuito inferior, e a presença do circuito superior se dá sobretudo em relação à presença da UFV. A análise dos circuitos da economia proposta por Milton Santos (2004) para a compreensão da geografia urbana de Viçosa evidencia como os circuitos estão em permanente interação e articulação.

3.2 O trabalho feminino no município de Viçosa-MG

No município de Viçosa, observa-se a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho. Segundo os dados obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, importante instrumento de coleta de dados do Ministério do Trabalho, pode-se observar que no ano de 2011 o município contava com 7.485 mulheres no mercado de trabalho, distribuídas em diferentes setores, desde atividades de extrativismo mineral, agropecuária, construção civil, indústria, comércio e serviços. Dez anos depois, em 2021 o número de mulheres ocupadas subiu para 9.343.

Tabela 7 - Trabalho por sexo no município de Viçosa - MG nos anos de 2011 e 2021.

Setor (IBGE)	2011	2021	2011	2021
	Mulheres		Homens	
Administração Pública	998	2.280	645	2.687
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	22	41	302	234
Comércio	1.762	1.882	2.265	2.470
Construção Civil	162	64	2.161	816
Extrativa mineral	0	0	5	0
Indústria de transformação	490	580	1.011	1.098
Serviços	4.022	4.455	5.672	3.721
Serviços industriais de utilidade pública	29	41	140	147
Total	7.485	9.343	12.201	11.173

Fonte: RAIS/MTE.¹⁴
Elaboração da autora, 2023.

As principais atividades realizadas pelas mulheres estão relacionadas aos setores de comércio e serviços, além de uma notável presença em trabalhos relacionados à administração pública. O setor de serviços possui o maior destaque no trabalho feminino no município, sobretudo nos serviços relacionados ao cuidado e limpeza, e ateliês de costura e salões de beleza.

¹⁴ <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em 30 de out. de 2023.

Suélem Oliveira (2018) aborda a precarização e a invisibilidade de trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na UFV. Os dados da pesquisa realizada pela autora evidenciam que entre essas mulheres predomina a baixa escolaridade, visto que a maioria não completou o ensino fundamental, eram casadas e tinham filhos.

Também se observou uma nítida divisão sexual nos serviços realizados, identificando a contratação de homens ou mulheres para a execução de tarefas consideradas mais adequadas para eles. Ao traçarem o perfil socioeconômico dos trabalhadores terceirizados da UFV (Carvalho; Bifano; Fontes, 2021) destacam que, nos serviços de limpeza, 67,42% são do sexo feminino e 32,58% masculino, reafirmando a associação da mulher aos serviços de limpeza. Em relação à cor ou raça desses trabalhadores observou-se que 39,33% se autodeclararam como pardos, 34,83% como pretos e 21,35% como brancos (Carvalho *et al.*, 2021).

A precarização destes trabalhos estava relacionada à discriminação e à invisibilização, sendo que muitas trabalhadoras relataram que se sentiam invisíveis, pois não eram cumprimentadas pelas pessoas e nem convidadas para participar das festas ou confraternizações promovidas no ambiente de trabalho, além de desenvolverem atividades que exigem extensas horas de trabalho e que podem causar situações de adoecimento (Oliveira, 2018).

[...] é precário na medida em que suas trabalhadoras não podem criar vínculos no ambiente laboral, o trabalho para elas não exerce uma função de sociabilidade, elas devem fazer o trabalho e ir embora. Devem ser transferidas anualmente para não criarem relações sociais, afinal, isto atrapalha a rotina laboral que deve ser racionalizada. O trabalho é precário, na medida em que a discriminação está presente, ainda que não seja de forma explícita, algumas trabalhadoras ainda são invisíveis, se confundem na paisagem do *campus*, sem serem notadas, não precisam ser cumprimentadas pelas pessoas, pois são parte do cenário. São peças-chaves para o funcionamento do *campus*, mas ainda não são notadas. O trabalho é precário, na medida em que as trabalhadoras ainda adoecem em decorrência do trabalho realizado, ainda sentem a pressão no trabalho, dores devido aos movimentos repetitivos (Coelho, 2018, p. 71).

Além disso, Oliveira (2018) pontua a dupla jornada dessas trabalhadoras, pois, para complementar a renda familiar ou pessoal, tinham até três jornadas laborais. Além de se dedicarem aos serviços de limpeza terceirizados da UFV, nos finais de semana se dedicavam aos serviços domésticos, trabalhavam como cozinheiras, costureiras, garçonetes, seguranças e com o comércio de produtos aos finais de semana.

Cabe salientar que o setor de trabalho doméstico é significativamente representativo no município, englobando atividades desempenhadas por babás, cuidadoras, diaristas, cozinheiras, profissionais de jardinagem, dentre outros. Em 2015 foi aprovada a Lei

complementar nº 150 de 01/06/2015 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, estabelecendo novos direitos e o equiparando às demais modalidades de trabalho formal. Foi conferido direitos em relação à jornada de trabalho de até 8 horas diárias e 44 horas semanais, o pagamento de horas extras e adicional noturno, o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), direito ao seguro desemprego, férias remuneradas, licença maternidade/paternidade e a proibição da contratação de menores de 18 anos. Entretanto, esses direitos não são estendidos às diaristas, que realizam esse trabalho sobretudo de maneira informal.

Apesar das conquistas que conferiram a valorização, as condições de trabalho doméstico ficaram marcadas pelas relações de gênero. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em 2022 o trabalho doméstico foi a categoria que mais empregou mulheres, constituindo no maior grupamento profissional que compõe a força de trabalho de cuidado no Brasil sendo a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, no qual 92% eram mulheres e 61,5% mulheres negras.

Bruna Cândido (2019) aborda a valorização e desvalorização do trabalho das domésticas em Viçosa no ano de 2019. A autora realizou entrevistas com mulheres trabalhadoras de diferentes bairros de Viçosa e constatou que o trabalho doméstico é uma atividade socialmente marginalizada e realizada majoritariamente por mulheres negras, de baixa renda e baixa escolaridade. Há também a presença das diaristas, em que a desvalorização de seus serviços é ainda mais expressiva, sobretudo devido a sua informalidade.

As lutas sindicais envolvendo a aprovação da lei das domésticas percorreram aproximadamente 43 anos, porém, o marco regulatório não abrangeu as trabalhadoras diaristas. A regulação para trabalhadoras domésticas, abarcava apenas profissionais que realizam atividades trabalhistas por mais de três dias semanais no mesmo local. E as diaristas, cujo o próprio nome indica, que são profissionais que exercem suas atividades em apenas um dia, podendo ser agendado frequentemente ou esporadicamente, e com funções parecidas, não foram incluídas no texto regulatório. (Cândido, 2019, p. 10).

Em relação às diaristas, Cândido (2019) pontua que o serviço de faxina estava cotado no valor entre R\$50,00 a R\$100,00, a depender do tamanho do imóvel e da localização, sendo que, devido à flexibilidade de horários, essas trabalhadoras realizavam limpezas em várias residências por dia. O público universitário eram os principais contratantes de seus serviços em Viçosa, conforme descrito por todas as entrevistadas, atendendo principalmente na área central do município, em repúblicas e apartamentos pequenos que facilitavam a agilidade dos serviços.

O setor de comércio é o segundo mais expressivo entre o trabalho feminino no município de Viçosa, sendo, no ano de 2021, composto por 1.882 mulheres. Percebe-se, ao longo do espaço da cidade, a presença majoritária de mulheres trabalhando nos comércios varejistas e supermercados, além das lojas de vestuário, móveis, eletrodomésticos, entre outros. Entretanto, não foram encontrados mais dados e estudos referentes à atuação feminina nesse setor.

Em relação ao empreendedorismo feminino no município, uma pesquisa realizada por Juliana Castro, Andreza Braz e Daiane Miranda (2019) abordou o perfil das empreendedoras que integram a Câmara da Mulher Empreendedora de Viçosa - MG. Fundada em 2017 e vinculada à Casa do Empresário de Viçosa, tem por objetivo a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres empresárias e profissionais liberais de Viçosa e região por meio de ações de incentivo, cursos, palestras e capacitações. Os resultados das pesquisas realizadas em 2019 mostraram que a Câmara da Mulher Empreendedora de Viçosa - MG era constituída por 20 mulheres, sendo 6 responsáveis pela diretoria e 12 associadas.

Ao traçar o perfil dessas mulheres, constatou-se que 50% eram casadas e tinham filhos. Em relação à cor e raça, não houve a coleta dos dados referentes a essa informação. Já no que tange a educação, constatou-se que 50% das participantes possuíam pós-graduação, 20% possuíam mestrado, 10%, doutorado, e 20% cursaram até o 2º Grau. Esses dados evidenciam as disparidades nos níveis educacionais em relação às mulheres que, no município, estão inseridas nos trabalhos de domésticas e serviços de limpeza, que possuem em sua maioria até o ensino fundamental. Em relação aos seus empreendimentos, constatou-se que 100% deles eram formalizados, sendo eles: loja de roupas, franquias de estética e produção musical, restaurantes, consultório de acupuntura e homeopatia, serviços de consultoria de treinamento profissional e recursos humanos, e laboratório de análises clínicas. Evidenciando a maior presença de trabalhos relacionados ao cuidado e vestuário (Castro *et. al*, 2019).

O trabalho das trançistas também está presente no município, inserido na prestação de serviços – podendo ser associado, no geral, segundo Luane Santos (2021), o início do trabalho com os efeitos das desigualdades sociais, raciais e de gênero em nossa sociedade.

Deste modo, apesar de que atualmente as mulheres vêm assumindo cada vez mais um maior espaço no mundo do trabalho, que era majoritariamente masculino, ainda se observa a maior presença das mulheres no setor de serviços. Em Viçosa, estão relacionados sobretudo ao cuidado e limpeza. Estas características são resultado da divisão sexual do trabalho, que

implica na sua hierarquização segundo o sexo de quem o realiza. Assim o trabalho feminino é marcado por uma série de condições sociais e históricas, como a sexualização, a exploração, as relações de gênero, raça, péssimas condições de trabalho e os baixos salários.

3.3 Cultura das tranças e o enfrentamento ao racismo

Como já debatido nos tópicos anteriores, o racismo em nossa sociedade não se dá somente devido apenas aos aspectos culturais, mas também aos aspectos físicos observáveis em nossa estética corporal (Gomes, 2017), assim a cor da pele e o cabelo são utilizados como critérios definidores de beleza ou de feiura. González (2020) aborda que um dos meios de dominação das classes dominantes brancas é a associação do termo negro com tudo aquilo que é mau, indesejável e sujo. De mesmo modo, o modelo estético branco ocidental foi imposto e os nossos traços estéticos foram subjugados como feios e inferiores (Xavier, 2020).

[...] nós, negras e negros, éramos sempre vistos como o oposto daquele modelo através do reforço pejorativo das nossas características físicas: cabelo ruim, nariz chato ou fornalha, beijos ao invés de lábios, tudo isso resumido na expressão “feições grossas ou grosseiras”. E quantos de nós se deixaram enganar por tudo isso, acreditando realmente que ser negro é ser feio, inferior, mais próximo do macaco do que do homem (branco, naturalmente). E a ideologia do branqueamento estético destilou o seu veneno mortal não apenas no interior da comunidade negra, mas no falseamento da nossa própria história (González, 2020, p. 210).

Apesar de diversas mudanças na política racial e a crescente liberdade capilar, que confere a homens e mulheres usarem e manipularem os cabelos da maneira que se sentirem melhor, bell hooks (2005) aborda que as mulheres negras continuam dando grande importância aos seus cabelos. Sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, o cabelo crespo passou a ser visto como símbolo político e os penteados naturais passaram a ser associados a símbolos de resistência cultural frente à opressão racista (hooks, 2005).

O ato de trançar os cabelos acompanham a história do negro desde a África (Gomes, 2008), o cabelo possuía um forte símbolo para os povos africanos e que foi perpetuado pelos negros escravizados no Brasil. Para Lindrielli Rocha Lemos (2019), a valorização e a difusão dos significados das tranças é resultado sobretudo do Movimento Negro no combate ao racismo e no resgate como forma de reconhecimento, pertencimento, homenagem e vínculo com os nossos antepassados.

Pensando especificamente sobre as tranças e as trançistas no município de Viçosa, foram encontradas dois trabalhos que abordam a temática, são eles: *Entre consciências e movimentações negras: trançando combinados de não morrer*, de Beatriz Cornélio e Matheus

Freitas (2021), que abordam as experiências na Semana da Consciência Negra em Viçosa no ano de 2019; e o trabalho da Lydiane Querino (2021), intitulado *Corpos em manifesto: juventude negra e a construção estética e política da geração tombamento em Viçosa – MG*, que aborda o papel político que a estética exerce sobre os negros no Brasil, compreendendo a construção da corporeidade de jovens negros e negras em Viçosa.

Além disso, também foi realizada uma pesquisa exploratória nas redes sociais sobre a divulgação do trabalho das trancistas em Viçosa. Essas buscas foram realizadas pelo *Facebook* e *Instagram* no mês de novembro de 2023. A partir do levantamento nas redes sociais, foram identificados ao todo oito perfis de mulheres trancistas em Viçosa, cujo nome destacado abaixo se refere às suas páginas do *Instagram* visto que há a vinculação entre as duas redes, sendo eles: @adrillainy.tranças, @afroboxblack, @afrohairvicosa, @adrillainy.tranças, @cristinatrancista, @ellencristina.tranças, @emporiodastranças e @thalita_trancista.s2. Ambos os perfis realizaram *posts* nos anos de 2022 e 2023, divulgando seus trabalhos como trancistas, destacando trabalhar com tranças e penteados afros, bem como descrevendo, em suas páginas, o foco no fortalecimento da autoestima de homens e mulheres de Viçosa e região. Salienta-se que, além da divulgação feita “boca a boca”, as redes sociais têm sido o principal meio de divulgação dessas trancistas. Lemos (2019) destaca que as trancistas usam da criatividade para elaborar tranças de diferentes formatos, cores e tamanhos, e ao mesmo tempo usufruem desse saber para gerar renda para si próprias e para as suas famílias.

Cornélio e Freitas (2021) abordam as experiências e vivências na Semana da Consciência Negra de Viçosa – MG ocorrida em 2019, que contou com quatro dias de programação com lançamento de livros, expressões artísticas, cine-debate, conversa sobre afroempreendedorismo e sobre as presenças negras na Universidade, além da Marcha da Consciência Negra, sendo possível notar, neste trabalho, a importância das trancistas e das tranças no enfrentamento ao racismo no município de Viçosa.

Figura 7 - Cartaz de divulgação a Semana da Consciência Negra 2019



Fonte: Matheus Freitas, 2019.

Os autores descrevem a ilustração presente no cartaz que

[...] trouxe uma colagem com duas crianças fotografadas pelo artista visual Prince Gyasi em Acra, capital de Gana, na costa atlântica da África Ocidental. Elas estão espelhadas, formando duas duplas de onde emergem folhas de espadas de São Jorge, uma planta protetora e resistente. Ao apontarem para o círculo amarelo, exibem luz e esperança. Nas extremidades do cartaz, pedras de búzios simbolizam a força ancestral-espiritual das religiosidades afro-brasileiras. A sobreposição de cores rosa-amarelo-azul ora relembra as múltiplas travessias e trânsitos da diáspora África-Américas, ora nos impulsiona a pensar um futuro negro vivível. (Cornélio; Freitas, 2019, p.187).

O cartaz traz também a frase do conto “A gente combinamos de não morrer” publicado no livro *Olhos d’água*, da escritora Conceição Evaristo, que guiou os autores na inspiração e composição da Semana da Consciência Negra e da escrita do trabalho. Neste conto, Evaristo (2016) narra a história de três dos personagens moradores de uma favela: Dorvi, Bica e sua mãe, Estrelinda. A autora ilustra a realidade de violência, dor e exclusão a qual a população negra está cotidianamente acometida. A frase remete ao trato feito entre Dorvi e seus companheiros em meio a um tiroteio. “Ela nos serviu também de inspiração para que, em meio às diversas formas de violências a que nossos corpos estão expostos e sujeitos, também fazemos o tratado mútuo de não morrer e não nos deixarmos sermos mortos/as” (Cornélio; Freitas, 2019, p. 190).

— A gente combinamos de não morrer. — Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel. Vivo implicando com as novelas de minha mãe. Entretanto, sei que ela separa e separa com violência os dois mundos. Ela sabe que a verdade da telinha é a da ficção. Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento de meu filho e de filhos alheios. Quero contagiar de esperanças outras bocas. Lidinha e Biunda tiveram filhos também, meninas. Biunda tem leite escasso, Lidinha trabalha o dia inteiro. Elas trazem as menininhas para eu alimentar. Entre Dorvi e os companheiros dele havia o pacto de não morrer. Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. (Evaristo, 2016, p. 86).

A trança para Cornélio e Freitas (2019) foi mobilizada como um método de pensamento e escrita para refletir sobre as movimentações cotidianas e como uma metáfora de vida.

Utilizamos a trança como metáfora para um método de escrita e para pensar como esses combinados são estratégias e táticas de sobrevivência que se torcem e entrelaçam num objetivo comum. A inspiração surgiu durante as falas de duas trancistas participantes do evento quando relataram sobre como a trança remete à ancestralidade e identidade de negras e negros. Refletimos a partir disso o ato de trançar enquanto metáfora de vida para os movimentos negros que não agem sozinhos, mas se entrelaçam, se envolvem por meio de fios, mechas que conduzem a objetivos em comum (Cornélio; Freitas, 2019, p. 190).

Durante o evento da Consciência Negra, os autores relatam a história de uma das trancistas entrevistadas:

[...] quando era criança, ao brincar com os “cabelos” de uma espiga de milho, realizava movimentos com seus dedos por entre os fios, em seguida mostrando o resultado do penteado para a sua mãe. Esta perguntou quem lhe havia ensinado aquilo e diante da resposta da filha de que aprendera sozinha, a mãe responde: “você fez uma trança”. Neste momento, a trancista nos conta sobre como o ato de trançar aciona saberes ancestrais e podemos ainda conjecturar que estes se manifestam por meio de memórias corporais e afetivas de tempos longínquos, mas que estão guardados e repassados por entre as gerações (Gomes; Freitas, 2019, p. 200).

Para Santos (2022), os modos afetivos e sagrados e os conhecimentos sobre as tranças e aos cuidados com o cabelo crespo são passados de forma horizontal dentro das famílias. A ancestralidade que acompanha esses cuidados “podem ser vistos como conhecimentos compartilhados e que provêm dos espaços dos terreiros, mas que, sobretudo, são heranças culturais deixadas pelos povos africanos e que estão entranhadas no seio de algumas famílias negras” (Santos, 2022, p. 48).

Sobre as tranças no enfrentamento ao racismo no município de Viçosa, Querino (2021) aborda como as tranças estão presentes sobretudo entre a população jovem. Para a autora a trança e outros elementos constituem a “geração tombamento”, que pode ser compreendida como:

[...] uma tentativa de sobrevivência, pois esta trouxe a virada da importância de estar vivo, de estar bem e de amar, pois não é fácil carregar essa estética nos espaços, ainda mais nos conservadores como a família, a escola e o espaço público. Tudo isso trata-se de não submeter o corpo a uma lógica de morte, mas a uma lógica de emancipação, uma lógica que se desenvolve no autoconhecimento, no questionamento do redor. É sobre a perda do medo de ser você. É sobre demonstrar para as gerações futuras a importância da retomada do próprio corpo, de se aquilombar, de serem quem elas são plenamente. (Querino, 2021, p. 72).

O seguinte trecho, retirado de uma das entrevistas presente no trabalho de Querino (2021, p. 73), diz que “Quando eu dou um sorriso para uma menina de trança na reta da UFV, eu tô mostrando para ela que é legal nós dois existirmos ali, e isso é resistir e cuidar e cultivar quilombos” (Frank, 22 anos). A presente fala mostra como o uso das tranças está relacionado à existência e resistência e inspiração no combate ao racismo.

Por fim, destacamos aqui a importância das tranças como uma das ferramentas de enfrentamento ao racismo, uma vez que a sua utilização remete à negritude e auxilia no processo de construção identitária de pessoas negras. Nesse sentido, Lemos (2019) destaca que

[...] o uso da trança afro como integrante do combate ao racismo, mas também como uma maneira da pessoa negra – que muitas vezes teve furtado o direito de acesso da sua própria negritude – construir sua identidade, acessar a história que lhe foi furtada. A difusão e valorização dos significados de elementos afro no Brasil, além de necessário pelo contexto histórico-social, como é sabido, também contribui no processo de empoderamento das pessoas negras. (Lemos, 2019, p. 864).

Santos (2022) também aborda que, além de promover ações de enfrentamento ao racismo, ampliar o debate acerca do racismo estético e contribuir para a autoestima, o ato e o momento de trançar os cabelos é um importante espaço de acolhimento para pessoas negras que lidam diariamente com os traumas oriundo da discriminação e do racismo.

Os dois trabalhos acadêmicos encontrados mais o levantamento exploratório realizado nas mídias digitais – identificando o perfil de oito mulheres negras trancistas – nos levaram a perceber, então, toda uma rede, uma construção articulada por parte dessas viçosenses para existir nesse espaço urbano, em suas complexidades e singularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que o espaço é resultado das diferentes apropriações entre os sujeitos, o presente trabalho buscou contribuir para uma leitura do espaço urbano por meio da racialidade, evidenciando os sujeitos invisibilizados nos circuitos da economia urbana.

A população predominante no município é feminina e negra e, a elas, são conferidos a precariedade em relação ao trabalho, além dos menores salários. O trabalho das mulheres negras no espaço urbano é marcado pela interseccionalidade das discriminações de gênero, raça e classe. Elas são a maioria em situação de vulnerabilidade, informalidade e subemprego. Além de enfrentarem dificuldades no mercado de trabalho formal, conciliam as exaustivas horas de trabalho com a vida doméstica e o cuidado com o lar. Neste sentido, o afroempreendedorismo surge como resposta às barreiras que limitam a inclusão de negros e negras em relação ao mercado de trabalho, que resultam na informalidade e na necessidade de empreender.

No município, as atividades relacionadas ao circuito superior da economia estão sobretudo relacionadas à presença da UFV e a outras instituições de ensino, mas o circuito inferior possui maior expressividade, marcado pelo subemprego, a informalidade e a terceirização, além das atividades de pequena dimensão, como o pequeno comércio, a prestação de serviços e os salões de beleza.

O trabalho das trançistas, compreendido sob a ótica dos circuitos inferiores, marcam o espaço por meio da manipulação corporal e constituem uma ferramenta importante de resistência na luta antirracista, sobretudo relacionado ao racismo estético, contribuindo para o aumento da autoestima de homens e mulheres negras.

Ademais, percebe-se a precariedade ainda pelo fato de ser uma atividade temporária (pode ou não haver clientes), insalubre (muito tempo de pé), sem proteção social (não pagam INSS, sem seguro desemprego, férias, licenças saúde e maternidade, dentre outras direitos sociais).

Entretanto, pensando especificamente no contexto de Viçosa, a carência de trabalhos e literaturas que abordam as tranças e o trabalho das trançistas, evidenciam a necessidade de ampliação de estudos relacionados à temática, abrindo leque para pesquisas futuras. Por fim, acredita-se que tais pesquisas possam contribuir para a melhor compreensão das desigualdades espaciais, raciais e sociais presentes no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARRADAS, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

BATELLA, W. B. Centro, Centralidade e Cidade Média: apontamentos sobre Viçosa-MG. In: SOUSA, D. T de; BATELLA, W. B. (Org.). **Cidades, Territórios e Direitos**. Viçosa: Editora da UFV, v. 1, 2017. p. 155-174.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Amanda Alves. **A valorização do negro no Brasil e o afroempreendedorismo**. 2018. 28f. Monografia (Graduação em Administração) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

CÂNDIDO, Bruna Aparecida. **Valorização e desvalorização: estudo sobre o trabalho de diaristas de Viçosa**. 2019. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, 2019.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.118-121.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Desigualdades raciais no espaço urbano. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, v. 45, n. 249, p. 137-166, jan./abr. 2020.

CARVALHO, Marco Aurélio Muniz Corrêa de; BIFANO, Amelia Carla Sobrinho; FONTES, Márcia Barroso. O Perfil Socioeconômico do Trabalhador Terceirizado da Universidade Federal de Viçosa/MG. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, p. 635-660, 2021.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 55–75, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483>. Acesso em: 16 out. 2023.

COELHO, Dayana Debossan. A transformação do espaço urbano na cidade de Viçosa, Minas Gerais, entre 1964-1980. **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. 18, p. 1-18, 2020.

COELHO, Dayana Debossan. **Da fazenda ao bairro: A construção de uma Nova Viçosa (1970-2000)**. 2013. 112f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

COELHO, Érica Aparecida. **Qualidade de vida no trabalho e seu reflexo na qualidade de vida pessoal: o caso do trabalho feminino no setor hoteleiro de Viçosa – MG**. 2015. 147f.

Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

COELHO, Mariana Amado Alvarez. Raízes histórico-culturais do empreendedorismo da mulher negra no Recôncavo Baiano. **Revista CONTEXTOS**, v. 01, p. 07- 14, 2022.

CORNÉLIO, Beatriz Gomes; FREITAS, Matheus Silva. Entre consciências e movimentações negras: trançando combinados de não morrer. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/15530>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, p.171-189, 2002.

CRUZ, Tancredo Almada *et al.* (Coord.) **Retrato social de Viçosa**. Viçosa: CENSUS, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ETNUS. **Afroconsumo**: pesquisa sobre comportamento e hábitos de consumo dos afrodescendentes da cidade de São Paulo. São Paulo: Etnus, 2016.

FILHO, Geraldo Browne Ribeiro. **A formação do espaço construído**: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 243f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GARCIA, Antonia dos Santos. Mulher Negra e o direito à cidade: Relações raciais e de gênero. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, Petrópolis: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros & DP et Alii Editora Ltda, 2012. p.134-163

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2021.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pesquisa-gem/#relatorio>. Acesso em: 17 nov. de 2023.

GOMES, Flávio dos S.; SOARES, Carlos E. L. Dizem as quitandeiras: ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve apresentação. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003. Brasília: SECADMEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set/out/nov./dez 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n. 01 Batalha de Ideias. (2011). 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 10 out. 2023. Versão *E-book*.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003.

HAESBAERT, Rogério. O espaço como categoria e sua constelação de conceitos: uma abordagem didática. In: TONINI, I. M. T.; CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B.; KAERCHER, N. A.; MARTINS, R. E. M. W. (Org.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: Mediação, 2014. p. 109-122.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-606, set./ dez., 2007.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan. 2014.

HOOKS, bell. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artistas de Cuba**, jan-fev. 2005.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Org.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

LELIS, Juliana Lopes. **Territórios da Informalidade:** as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG. 2011. 233f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

LE MOS, Lindrielli. Rocha. O afroempreendedorismo: saber tradicional, empoderamento e contribuição à indústria criativa. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, p. 861-879, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153975>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

LOURENÇO, Matheus Hudson Viana. **Terceirização e precarização:** a conformação de espaços urbanos excludentes pelos trabalhadores terceirizados da UFV em Viçosa, Minas

Gerais. 2022. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022.

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais: desigualdades socioespaciais em preto e branco.** 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** Coleção para Entender. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. **Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica.** In: Seminário de Ciências Sociais, 3., v. 3, p. 1-19, 2018, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória, ES: PGCS/UFE, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718/14416>. Acesso em: 16 set. 2023 .

NOGUEIRA, João Carlos; MICK, Jacques. Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial. In: NOGUEIRA, João Carlos (Org.). **Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: Desafios históricos e perspectivas para o século 21.** Florianópolis: Atilende, 2013.

NUNES, Camila Xavier; REGO, Nelson. As geografias do corpo e a educação (do) sensível no ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 86-107, jan./jun., 2011.

OLIVEIRA, Suélem da Silva. **A precarização e a invisibilidade na vida de trabalhadoras terceirizadas do setor de limpeza na administração pública: o caso da Universidade Federal de Viçosa/MG.** 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/23023>. Acesso em: 20 out. 2023.

PEREIRA, Mirlei. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). **Caminhos da Geografia**, v. 18, n. 16, p. 197 – 206, out/2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

QUERINO, Lidyane Souza. **Corpos em manifesto: juventude negra e a construção estética e política da geração tombamento em Viçosa - MG.** 2021. 87f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia**. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], n. 37, p. 4 - 28, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 18 nov. 2023.

QUIJANO, Aníbal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato E (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 59-82. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub> . Acesso em: 28 out. 2023.

REIS, L. A. **Trabalhando a autoestima de crianças negras no ambiente escolar: desfazendo preconceitos e estereótipos**. 2015. 42f. Trabalho de conclusão (Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-ADSKVU>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. 244f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 82-100, 2º sem./2011.

SANTOS, Luane Bento dos. Identidade de trabalho e pertença étnico-racial entre trancistas afro. **Revista de Tecnologia e Cultura**, Rio de Janeiro, Edição Especial, v. 1, p. 74-82, 2021.

SANTOS, Luane Bento dos. **“Trancista não é cabeleireira!”: identidade de trabalho, raça e gênero em salões de beleza afro no Rio de Janeiro**. 2022. 339f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro - RJ.

SANTOS, Maria Angélica dos. **O lado negro do empreendedorismo: Afroempreendedorismo e black money**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER Júlio *et. all* (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imesp, 1996/1997. p.133-144.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 21, p. 7-14, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, Petrópolis: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros & DP et Alii Editora Ltda, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11-28, 2022. em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Agnes. Martha. A participação econômica das mulheres no mercado de trabalho. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/778>. Acesso em: out. 2023.

SILVA, Charlene Aparecida da. **Territorialidade e paisagem da feira livre da cidade de Viçosa, Minas Gerais: lugar, memórias e identidade (1967-2019)**. 2021. 167f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Paraná: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Médelin Lourena da. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): a dinâmica centro-periferia**. 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SOARES, Charlene Carvalho. **Raça e Mercado: os casos de afroempreendedorismo no Rio de Janeiro e Salvador-Brasil**. 2021. 131f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, RJ, 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 21, p. 43-51, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1. reimpr. ed. São Paulo, SP: Eyrolles, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TONINI, Ivaine M. **Identidades Capturadas**: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 139f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

XAVIER, João Paulo. **Racismo Estético**: decolonizando os corpos negros. Belo Horizonte: Amazon, 2020, 79 p.